

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

Cel EB JOÃO BATISTA STEVAUX

A GEOPOLÍTICA BRASILEIRA E SUA RELAÇÃO COM A AMÉRICA DO SUL:

REFLEXOS EM SUA POLÍTICA EXTERNA

Rio de Janeiro

2007

Cel EB JOÃO BATISTA STEVAUX

A GEOPOLÍTICA BRASILEIRA E SUA RELAÇÃO COM A AMÉRICA DO SUL:

REFLEXOS EM SUA POLÍTICA EXTERNA

Monografia apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para a conclusão do Curso de Política e Estratégia Marítimas.

Orientador: CMG (RM1) Márcio de Andrade Nogueira

Rio de Janeiro  
Escola de Guerra Naval

2007

## RESUMO

Apreciam-se os reflexos na formulação da Política Externa brasileira no período do pós-Guerra Fria, consideradas as influências da geopolítica nacional e do processo de integração sul-americana. O método ateve-se à apresentação das concepções geopolíticas clássicas e contemporâneas, bem como os novos paradigmas vigentes e que foram formadores do pensamento geopolítico brasileiro, seguido da exposição do próprio pensamento nacional segundo seus formuladores e seus desdobramentos no desenvolvimento e integração do País. O prosseguimento apresenta a evolução da política externa brasileira desde o início do século XX até os dias atuais de modo a ressaltar, em particular, as suas características nos governos que se seguiram ao final da Guerra Fria e ao advento da globalização. A adoção de uma postura de liderança regional assumida e uma intenção de inserir-se no sistema internacional, agora sob nova ordem mundial, com base nos fundamentos geopolíticos, tem orientado a atuação da diplomacia brasileira. O Brasil diante da necessidade de consolidação da sua posição como potência de escala continental e de ator de relevância mundial, comporta-se como um Estado que regionalmente procura complementar o seu desenvolvimento econômico ao processo de integração com os vizinhos – concepção geopolítica genuinamente nacional – e que diplomaticamente posiciona-se em busca da autonomia nas relações internacionais e que prioriza uma atitude pacifista e integracionista.

**Palavras-chave:** Geopolítica. Diplomacia. Integração.

## **ABSTRACT**

Evaluates the consequences in formulating the Brazilian foreign policy in the post cold war era, considering the influence of national geopolitics and the process of regional integration in South America. The method considered the presentation of the classic and contemporary geopolitics conceptions, as well as the new paradigms in force that structured the Brazilian geopolitics thinking, followed by the presentation of the own national thinking as stated by its formulators and its results in the country's development and integration. Follows the presentation of the evolution of the Brazilian foreign policy from the beginning of the 20<sup>th</sup> century till today in order to stress specifically its features in the governments after the end of the cold war and the advent of globalization. The adoption of a behavior as an assumed regional leadership and the intention of insertion in the international system in a new world order based on the geopolitics fundamentals have oriented the Brazilian diplomacy actuation. Confronted with the need of consolidating its position as a regional power and a relevant global player, Brazil behaves as a State that regionally seeks to fulfill its economic development together with the integration process with its neighbors – genuinely a national geopolitical concept – and that diplomatically positions itself in search of autonomy in the international environment and gives priority to a pacific and integrationist attitude.

**Key words:** Geopolitics – Diplomacy – Integration.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	03
<b>2 GEOPOLÍTICA</b> .....	06
2.1 Definição de geopolítica .....	06
2.2 Geopolíticas clássica, contemporânea e novos paradigmas .....	08
2.3 Geopolítica brasileira .....	16
2.4 Conclusão Parcial .....	25
<b>3 POLÍTICA EXTERNA</b> .....	28
3.1 A evolução e a consolidação das bases da Política Externa no Séc XX .....	28
3.2 A atuação da Política Externa no período pós-Guerra Fria .....	32
3.3 Conclusão Parcial .....	43
<b>4 CONCLUSÃO</b> .....	45
4.1 Considerações finais .....	45
4.2 Reflexos na Política Externa da influência do pensamento geopolítico .....	48
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	51

## 1. INTRODUÇÃO

*“Está capaz para se edificar nelle hum grande Imperio, o qual com pouca despeza destes reynos se fará tão soberano que sera hum dos Estados do Mundo”.*

*Gabriel Soares e Sousa – historiador português (1587)*

O fim da Guerra Fria, o surgimento do conceito de globalização da economia e a reavaliação das bases sobre as quais as relações internacionais estavam assentadas, representaram os contornos da nova ordem mundial no último quartel do século XX.

A geopolítica é a ciência que orienta os Estados soberanos a se posicionarem no cenário internacional, levando em consideração aspectos geográficos, populacionais e políticos, bem como a própria história dos povos envolvidos, para avaliar o seu potencial em almejar grandes destinos.

Os espaços geográficos servem de base territorial para o assentamento das populações que, calcadas sobre as suas experiências de vida e comportamento coeso, irão associar-se às políticas praticadas pelos seus representantes no governo do Estado-nação e apresentarão os parâmetros para a formulação das estratégias que os conduzam à conquista do poder e da predominância no cenário internacional.

A política externa, a ser praticada por um Estado, tem por escopo a facilitação das relações internacionais e a defesa dos seus interesses, baseados nos seus objetivos de inserção e ocupação de uma posição de influência no sistema internacional.

As identidades e ligações entre geopolítica e a postura diplomática dos Estados e mesmo a influência que a ciência exerce sobre a atuação política nos relacionamentos entre eles será o escopo principal do presente estudo.

A motivação desta monografia é apresentar as principais concepções geopolíticas clássicas, contemporâneas e os novos paradigmas geopolíticos que tenham influenciado a formulação das concepções geopolíticas brasileiras, bem como examinar a evolução da Política Externa brasileira, em particular com relação à América do Sul no período pós-Guerra Fria e a sua influência no processo de integração regional, apreciando os reflexos de uma política externa formulada com bases na nossa geopolítica e sua participação no processo de implementação de um sul-americanismo liderado pelo Brasil.

O Brasil tem, ao longo da sua história, contado com estudiosos que se dedicaram ao pensar geopolítico, os quais foram responsáveis pelo surgimento de uma escola nacional com identidade própria e propostas de estratégias a serem implementadas no sentido de viabilizar o

crescimento e a integração do espaço geográfico do País, bem como viabilizar a sua liderança no cenário regional e inseri-lo como um ator de destaque no cenário internacional.

Os propósitos estabelecidos serão limitados na abordagem tratada no capítulo 2, quanto à apresentação da ciência geopolítica clássica e contemporânea, identificando o perfil tipicamente nacional, as feições que os teóricos nacionais lhe imprimiram como forma de induzir a integração do espaço geográfico brasileiro e dar início ao seu processo de desenvolvimento.

A visão moderna de que “gloeconomia” também é geopolítica, tem sido orientada na direção das relações com os países sul-americanos e baseadas nas concepções geopolíticas nacionais que procuram viabilizar as aspirações de liderança e de conquista do poder regional.

Para a continuação da análise do tema, no capítulo 3, apresenta-se uma síntese da evolução da diplomacia brasileira e sua atuação, em particular, no período pós-Guerra Fria, procurando enfocar as históricas tentativas da Política Externa de empreender esforços no sentido de integrar o continente sul-americano, passando por mediações de conflitos fronteiriços, iniciativas de formação de entidades de proteção e, principalmente, de organismos voltados ao desenvolvimento, honrando a tradição integracionista da linha de pensamento que orienta a atuação do Ministério das Relações Exteriores.

O leitor, de forma breve, mas elucidativa, poderá observar a evolução e a consolidação dos princípios da Política Externa Brasileira do período que se estende do final da República Velha até a atualidade, incluindo os previstos na Constituição Federal de 1988, procurando ater-se, em particular, nas ações desenvolvidas para a integração do continente sul-americano, percebido pela diplomacia brasileira como uma “força profunda”. As bases desses princípios repousam no compromisso com a independência nacional, na prevalência dos direitos humanos, na autodeterminação dos povos, na não-intervenção, na igualdade soberana entre os Estados, na defesa da paz e o apoio à solução pacífica dos conflitos, bem como na cooperação entre os povos para o progresso da humanidade e sua identificação com o Terceiro Mundo.

A integração do continente sul-americano sob a influência do Brasil, pela sua projeção e importância geopolítica, depende da formulação consciente e adequada de uma Política Externa eficaz na identificação das suas próprias potencialidades e as dos Estados vizinhos, na minimização dos antagonismos regionais históricos que obstam a cooperação e uma condução perspicaz do processo baseado na reconhecida competência da diplomacia nacional e no comportamento conciliador dos brasileiros e na aplicação do seu poder brando.

Ao final do trabalho, no capítulo 4, serão apreciados os reflexos da formulação de uma Política Externa Brasileira com base nas concepções geopolíticas genuinamente nacionais e

voltada para o processo de integração do continente sul-americano do pós-Guerra Fria e, ainda, a importância dessas proposições da geopolítica brasileira na atuação da diplomacia no sentido de servir de facilitador na consecução dos objetivos estratégicos teorizados pela geopolítica e materializados pela política externa, quais sejam: o crescimento e o progresso nacional e a integração sul-americana dentro de um contexto de paz continental, sob a égide da liderança regional consentida do País, de modo a minimizar as tensões históricas e as desconfianças existentes na relação entre o Brasil e os Estados vizinhos, bem como maximizar o potencial das relações humanas e comerciais.

A política externa como vetor de projeção e inserção do Estado brasileiro no contexto internacional, responsabilizar-se-á pela defesa dos interesses do País nos planos regional e mundial, mantendo por base seu compromisso com os princípios constitucionais no incremento do processo de integração regional.

O tema escolhido: a geopolítica brasileira e a integração sul-americana no pós-Guerra Fria – reflexos na formulação da política externa, baseou-se na atualidade e forma com que as concepções geopolíticas vêm se constituindo como pano de fundo nas discussões ocorridas nos fóruns mundiais e nas posturas dos Estados nas relações internacionais, bem como pela interdependência que a diplomacia revela na sua atuação calcada nesses mesmos princípios e teorias.

Em síntese, depreende-se que ao encerrar a pesquisa, se possa concluir que o pensamento geopolítico brasileiro pauta-se por um posicionamento desenvolvimentista do espaço interno, enquanto que a política externa caracteriza-se por uma atuação integracionista e pacifista no espaço regional e autônoma no internacional.

Desta forma, ao finalizar o trabalho restará ao leitor vislumbrar, concordando ou não com o autor, sobre o imenso potencial brasileiro para cumprir sua destinação geopolítica de liderança regional e promissora potência da paz e da aplicação do “soft power” no mundo globalizado do século XXI.

## 2. GEOPOLÍTICA

### 2.1. Definição de Geopolítica

O termo geopolítica teve origem na necessidade de se explicitar a dessemelhança entre a geografia física e a geografia política, bem como a influência da História na convivência das Nações e nas relações de poder entre os Estados.

As análises levadas a cabo sobre estas ciências por seus teóricos verificaram que havia uma correlação de causas e efeitos entre os elementos constitutivos de cada uma delas, apresentando como resultado um produto diferente do simples somatório das partes. Este resultado, à luz da História, explicava as tendências agressivas ou não de determinados povos com relação à concretização do seu destino e a maneira pela qual se conduziam nas relações com as comunidades com as quais tinham contato.

Afirmamos que a Geopolítica é um ramo da Ciência Política que se formou pela interação dinâmica de três ramos de conhecimento: a Geografia (espaço físico), a Política (aplicação do Poder à arte de governar) e a História (experiência humana) (MATTOS, 2002, p. 29).

As interferências recorrentes e persistentes entre ambas as geografias e as relações entre os Estados levaram geógrafos e cientistas políticos a desenvolverem conceitos sobre os quais foram explicados os fenômenos ligados à política e ao relacionamento humano, que envolveram as sociedades e os Estados. Estes conceitos em geral produziam teses sobre as quais novos estudos e verificações eram realizados, de modo a tentar descobrir um corolário que pudesse, cientificamente, reproduzir o experimento fosse ele de que natureza fosse. A partir das convicções formadas sobre estes corolários, surgiam as teorias que sustentavam ou legitimavam o comportamento dos Estados e lhes justificavam as ações em busca da conquista da predominância e a projeção de poder, com a conseqüente possibilidade de interferir no sistema internacional.

Os fatores geográficos, influenciando decisivamente na condução da vida política dos Estados, seriam os responsáveis pelo destino destes, bem como das sociedades que, cada uma em seu tempo, interagiram e fizeram história. À medida que uma sociedade se desenvolve e sua cultura se amplia e transborda as próprias fronteiras, as influências exercidas sobre as comunidades próximas fazem surgir aspirações por expansão do espaço original.

Algumas teorias sustentavam-se sobre a importância que tanto os espaços geográficos quanto as suas características físicas, somadas à sua posição relativa aos grandes centros de

irradiação do poder mundial, redundariam no valor estratégico de determinada região. Esta posição interferiria decisivamente nos destinos das populações que nela estivessem assentadas. A interação e a interdependência entre Estados são pressionadas pelo progresso que se registre em cada um deles. A expansão da influência de determinado Estado afeta o equilíbrio de poder, desencadeando uma procura por associações que permita restabelecê-lo.

A *Teoria de Ratzel* apóia-se na decisiva influência exercida pelos dois fatores geográficos *espaço* (raum) – área ocupada por um Estado – e *posição* [lage: significados em latim e inglês são, respectivamente, posição astronômica (latitude e longitude) e de “situação” geográfica (relevo, continentalidade, vizinhança do mar etc.)] em todos os fenômenos políticos. O espaço é definido por seus caracteres físicos: extensão, forma, textura, clima, relevo etc. e a *posição* situa o espaço sobre a Terra e condiciona as suas relações. Estes dois elementos determinam o valor político e o “derradeiro destino de todas as partes da superfície da Terra” (TOSTA, 1984, p. 8).

A existência de uma base física de grandes espaços geográficos pressupõe uma riqueza que permite servir de plataforma ao desenvolvimento de uma economia independente, ressaltando-se o fato de que o posicionamento relativo desta base territorial aumenta ou reduz a importância da mesma.

Satisfeitas estas premissas geopolíticas pode-se imaginar que as condições potenciais para o surgimento de um ator forte e de relevância no cenário internacional estão atendidas, entretanto, o palco para as disputas entre as diversas forças vivas existentes – que também podem ser designadas por Estados – permanece aberto e disponível para que, com o tempo e as interações inevitáveis entre as sociedades, apresente as alterações que as condições especiais de cada momento histórico irá reservar para que alguns ou apenas um prevaleça e detenha o poder – multilateralismo ou unilateralismo (hegemonia) na relação entre os atores.

A geopolítica é a ciência, que entre suas teorias, concebe os Estados como *organismos vivos*<sup>1</sup>, inseridos no cenário internacional e inteirados da consciência do seu Poder Nacional – nas dimensões política, psicossocial, econômica, científico-tecnológica e militar –, tendo como um de seus principais produtos, relacionado com o presente estudo, a apresentação de proposições consistentes para a formulação de uma Política Externa que viabilize o objetivo da conquista do poder ou a sua transformação em uma potência mundial.

O espaço interessa à Geopolítica na medida em que o homem o habita e o utiliza; dinamizando a Geografia, a Geopolítica transformou-se na *ciência que aquilata as tendências permanentes do desenvolvimento e consolidação do Poder Nacional* (CASTRO, 1981, p. 43).

<sup>1</sup> Rodolfo Kjellén in *Der Staat als Lebensform* (O Estado como ser vivo) *apud* BACKHEUSER, 1952, p 13 - 44.

Num mundo de visão liberal e comportamento realista, onde as fronteiras e limites entre os Estados e nações vêm progressivamente sendo ultrapassadas pelo intercâmbio das sociedades, os interesses comerciais e as influências cultural e tecnológica, a noção de soberania ressalta de importância.

Se entendermos soberania<sup>2</sup> como a propriedade ou qualidade que caracteriza o poder político supremo do Estado e a afirmação de sua personalidade independente, sua autoridade plena e seu governo próprio, dentro de um território nacional e em suas relações com outros Estados e, mais ainda, como a qualidade do que não tem apelação ou recurso, ao nos depararmos com a situação atual vivida pela sociedade mundial, em que vigora o conceito de globalização, depreender-se-á que a noção de território, fronteira e por conseqüência, soberania, são definições que se encontram enfraquecidas, num processo de transformação que admite mudanças na idéia de soberania exclusiva.

Em sua função geopolítica [...] a fronteira começa a ser implantada quando se faz necessário o equilíbrio entre as forças vitais de dois povos [...]. Condicionante da política externa a fronteira é dinâmica, ora avançando ora recuando, podendo se apresentar como *limite natural ou artificial* (CASTRO, 1981, p. 39).

No entanto, os sentimentos exclusivamente humanos de nacionalidade e de propriedade, quando observado o comportamento das sociedades, revelam sua nítida resistência em abdicar da soberania sob seu enfoque clássico, sendo, talvez prematuro concordar com a corrente de pensamento que vaticina sobre as alterações no conceito de soberania e do seu exercício pelos Estados modernos.

## **2.2. Geopolíticas Clássica, Contemporânea e Novos Paradigmas**

As teorias se multiplicaram ao longo do tempo e cada qual procurava explicar o sucesso e a dominação exercida por diversos povos, nas várias épocas estudadas. A um determinado momento, seria o domínio dos mares que materializaria a conquista do poder. Em outro instante, a extensão territorial e a busca de determinada região, considerada como a ilha mundial ou o coração do mundo, o que complementaria as condições ideais para o controle do poder ou definiria a primazia de determinado Estado no sistema internacional. Em outro, ainda, o controle de determinada região considerada imprescindível para viabilizar

---

<sup>2</sup> “Soberania”: definição encontrada no *Dicionário HOUAISS da Língua Portuguesa*, obra de Antonio Houaiss e Mauro de Sales Villar, Editora Objetiva, 2001, p. 2989.

a concentração de poder no Estado que tivesse condições de mantê-la sob seu domínio, ou ainda, o isolamento deste Estado, pela posse de regiões estratégicas que o mantivessem confinado dentro da mesma, perdendo a mobilidade e a liberdade de ação.

Teóricos como Alfred Thayer Mahan, Halford John Makinder, Nickolas John Spykman e Alexander Nikolaievich Prokofiev de Seversky se sucederam e procuraram, por intermédio das suas teorias, justificativas para o êxito das sociedades que dominaram o mundo e as suas estratégias para chegar a esse domínio, sinalizando aos seus nacionais a forma de atuação mais apropriada para repetir-lhes ou equiparar-lhes o sucesso.

O pensamento geopolítico de Mahan concebia ser o *Poder Marítimo*<sup>3</sup> indispensável e responsável pelo desenvolvimento, prosperidade e segurança de um Estado. O governo deveria ter acesso às riquezas acumuladas no mundo, ficando dependente do comércio exterior explorado por sua marinha mercante e esta, por sua vez, necessitaria de uma forte armada para lhe prover segurança.

Para Mahan, “*poder marítimo* não é sinônimo de *poder naval*, pois não compreende apenas o potencial militar que, navegando, domina o oceano ou parte dele pela força das armas, mas, também, o comércio e a navegação pacífica [...]”. Declara que, “para quem possui potencial militar, um dos requisitos necessários à consecução da vitória é o *domínio dos mares*. Este garante, na paz e na guerra, a continuidade do comércio marítimo e as trocas de produtos manufaturados por matérias-primas, estabelecendo uma estreita interdependência entre o comércio exterior e a Marinha de Guerra” [...] (TOSTA, 1984, p. 39 – 40).

Por outro lado, Makinder defendia a teoria de que sendo o mundo dominado pelas águas oceânicas, restar-lhe-ia apenas uma pequena parcela de terras emersas, o *pivô geográfico da História*<sup>4</sup>. Destas, grande parte estava localizada no continente europeu, formando assim o que ele denominou a “*Ilha do Mundo*”, e quem as dominasse, desequilibraria a balança de poder a seu favor. A História da humanidade associada à geografia da Ásia, em particular, o corredor entre os Montes Urais e o Mar Cáspio, lhe permitiam concluir sobre a importância desta região como centro de irradiação geopolítico mundial, uma vez que esta mesma humanidade, por várias gerações, utilizou-se destas regiões para impor o seu poder sobre os demais Estados. Passou-se, então, dos efeitos a causa por indução do teórico Makinder, a considerar-se esta região como o pivô do mundo, denominando-a de “*Heartland*”.

<sup>3</sup> Harold e Margaret Sprout in *British Sea Power in the Writings of Captain Alfred Thayer Mahan apud* TOSTA, 1984, p. 39.

<sup>4</sup> Harold J. Makinder in *The Geographical Pivot of History apud* TOSTA, 1984, p. 49 - 57.

A Segunda Guerra Mundial talvez tenha sido fomentada por um geopolítico. Intencionalmente ou não, Karl Ernst Haushofer influenciou as idéias de Adolf Hitler, por intermédio de seus conceitos e teorias geopolíticas e a impressão que as mesmas causaram em Rudolf Hess, tais como: a *Autarquia* – noção de independência em relação a outros Estados; o *Espaço Vital* (*lebensraum*) – noção de direito de uma nação buscar expandir-se e atingir uma distribuição mais justa dos espaços vitais da terra, baseada na sua capacidade de trabalho e nas suas realizações culturais; as *Pan Regiões*<sup>5</sup> – conceito de áreas supercontinentais que permitiriam a uma nação a realização do ideal da autarquia (independência); o *Poder Terrestre versus o Poder Marítimo* – idéia da combinação das terras emersas disponíveis no mundo privilegiarem a Europa central, atribuir-se-ia o seu domínio à Alemanha, por sua condição natural, somada à sua situação de importante potência terrestre com um fácil acesso ao mar e, finalmente; a *Fronteira* – concebida de modo a ser simplesmente a expressão das condições de poder político em um momento considerado.

A teoria se completava com a divisão do mundo em *pan-regiões*, associadas ao conceito de *pan-idéias*, ou seja, abarcavam diversos Estados por intermédio do pan-asiatismo, o pan-americanismo, o pan-africanismo, o pan-arabismo etc., resultando em três grandes regiões: Pan-América, Pan-Ásia e Euráfrica. Estas regiões lideradas, respectivamente, pelos Estados Unidos – a Doutrina Monroe<sup>6</sup> constitui-se na mais antiga das *pan-idéias* – pelo Japão e pela Alemanha, abarcariam a porção de terras supercontinentais que lhes permitiriam uma grande variedade de climas, solos e assegurariam a produção de quase todos os recursos agrícolas e naturais, bem como a extração de numerosos recursos minerais.

Após a Segunda Grande Guerra, reexaminando o conceito de *heartland*, Makinder conclui que o poder emergente que passou a controlá-lo tinha força numérica e qualitativa suficiente para guarnecê-lo.

Os Estados Unidos e a União Soviética, antevendo um choque entre as duas ideologias das quais eram os propagadores e que polarizavam o mundo, concentraram-se na reunião dos

---

<sup>5</sup> TOSTA, 1984, p. 60 – 72 *passim*

<sup>6</sup> Cf Harry C. ALLEN in **História dos Estados Unidos da América**, Rio de Janeiro, Editora Forense, 1968 (p. 111 – 121) a chamada **Doutrina Monroe**, baseou-se nas opiniões de John Quincy Adams, Secretário de Estado do governo James Monroe (1817-1825) sobre ser mais conveniente aos EUA agirem sozinhos em relação a sua postura no continente americano que atrelados à Grã-Bretanha, deixando claro tanto à França, quanto à Rússia a determinação de defender seus interesses. Ao pronunciar-se na Sétima Mensagem Anual ao Congresso, em 2 de dezembro de 1823, o presidente Monroe, persuadido por essa argumentação, diria: “*é própria para afirmar como princípio em que estão envolvidos direitos e interesses dos Estados Unidos, que os continentes americanos, pela livre e independente situação que conquistaram e mantêm, não deverão ser, de agora em diante, considerados centros de colonização futura de qualquer potência européia...*”. Era uma séria advertência à Santa Aliança quanto às tentativas de restauração do domínio espanhol nas colônias latino-americanas.

instrumentos necessários à viabilização de seus objetivos políticos de dominação mundial, adequados às suas situações geográficas.

Toda essa tremenda confusão política cujo pretexto foi atender ao direito de autodeterminação nacional (embora as fronteiras traçadas tivessem desrespeitado os limites etnográficos, naturais e econômicos) teve, em realidade, um propósito bem claro: estabelecer uma cadeia de Estados-tampões que separassem a Rússia da Alemanha – o célebre *cordão sanitário* (TOSTA, 1984, p. 58).

Os renovadores do pensamento geopolítico norte-americano – Nickolas Spykman e George Kennan – procuraram atualizar e adaptar as teorias do Poder Marítimo e Terrestre, contestando os conceitos da forma como estavam estabelecidos nas mesmas, até porque, o Estado que eles representavam não figurava como ator de relevância no cenário internacional à época em que estas teorias foram desenvolvidas.

Inicialmente, Spykman refuta a assertiva de que: protegidos por dois oceanos e, fazendo fronteira com vizinhos fracos, os Estados Unidos estavam seguros e podiam isolar-se da Europa e da Ásia. O seu pensamento geopolítico partia do princípio que seu país estaria colocado no centro do mundo, reexaminando a situação relativa das demais massas continentais. Partindo dessa premissa, defendia a postura de que o conceito de equilíbrio de poder e proteção estratégica passava por alianças com Estados amigos. Ressalte-se, neste momento, que a rotação do centro do mundo para posicioná-lo como ponto de partida da apresentação da teoria, destaca uma vez mais, o fato de que os geopolíticos procuram na geografia física, na geografia política e na própria história da humanidade o respaldo de que necessitam para a validação das suas assertivas.

Spykman diria sobre a sua percepção geopolítica de distribuição do poder: “Somente observando os mapas das diversas projeções é possível obter o panorama geopolítico que se deduz da distribuição das massas terrestres sobre a superfície do globo<sup>7</sup>”.

Surgia, então, um significado diferente para a visão global de Makinder. Ao *Heartland* opunha-se o *Rimland* (região das fímbrias – *fringe areas*) que seria definido como uma vasta zona-tampão de conflitos entre os Poderes Marítimo e Terrestre. O *rimland* seria o ponto de pressão terrestre, quando o conflito partisse do interior, ou o ponto de pressão marítima, quando o conflito partisse do exterior.

Spykman ofereceria as bases para a Política de Segurança dos Estados Unidos no período da Guerra Fria. Alertaria, ainda, sobre a transformação da China num ator de destaque no cenário mundial, dispondo de uma situação geográfica semelhante à dos próprios EUA.

---

<sup>7</sup> Nicholas J. Spykman in *America's Strategy in World Politics* apud TOSTA, 1984, p. 72 – 76.

Observaria, ainda, sobre o interesse norte-americano em evitar uma integração no continente europeu, que o transformaria numa potência atlântica, bem como o completo domínio sobre o mediterrâneo americano e a possibilidade de exercer forte pressão sobre a parte setentrional da América do Sul.

Constatamos, hoje, a genialidade de tais afirmações e seu poder prospectivo, antevendo os destinos dos Estados e as suas participações como atores no cenário internacional, todas fundamentadas na análise do potencial em riquezas e o posicionamento relativo da base terrestre, nas capacidades quantitativas e qualitativas da sua população, na história da participação destas sociedades na sua luta pela conquista do poder e na forma como integram o sistema internacional e participam da organização da ordem mundial.

Kennan, complementarmente, discorre sobre sua *Containment Theory*<sup>8</sup> que sustentava uma doutrina de contenção para a Guerra Fria. A existência de dois blocos, divididos entre as duas superpotências possuidoras da capacidade de destruição mútua, provocaria a busca, com base no “balanço do terror”, da influência ou cooptação dos demais Estados do mundo. Esse pensamento dominaria a diplomacia norte-americana durante a Guerra Fria, orientando as ações diplomático-militares para o controle das regiões mundiais, como forma de impedir a expansão do núcleo de poder do bloco soviético.

A essência da geopolítica está visível na formulação de uma doutrina sobre a qual se assentam, em particular, as Políticas Externas e de Defesa dos Estados. Ao estudar todas as condicionantes geográficas, políticas e humanas, apresenta-se como elemento teórico da orientação da postura a ser adotada pelos Estados no seu relacionamento com os demais atores, bem como a forma como solucionarão os conflitos de interesses que se interporão diante da consecução dos objetivos de projeção de poder.

Veio da oficialização deste conceito a teoria da estratégia da contenção de Truman e as variadas ações diplomáticas e militares de valorização estratégica das chamadas *fringe areas*, que resultaram na participação dos Estados Unidos no Pacto do Atlântico, na pressão diplomático-militar sobre a Grécia e Turquia, no engajamento militar nas Guerras da Coréia e do Vietnã, no Tratado do Sudeste Asiático e em outras iniciativas de menor vulto (MATTOS, 2002, p. 25).

De Giulio Douhet a Alexander Prokofiev de Seversky, a concepção de que o avião tornar-se-ia uma importante e indispensável arma de guerra percorreu um caminho onde tiveram de ser quebrados clássicos paradigmas, apoiados em forças navais e terrestres que dominavam o campo de batalha.

---

<sup>8</sup> Containment Theory: Teoria da Contensão (tradução do autor).

A estratégia de emprego iniciou com o princípio de que era necessário resistir em terra para concentrar-se no ar, para concluir sobre o imperativo de constituir-se uma *força aérea independente*.

A ofensiva, a letalidade dos ataques, a interferência no moral da população inimiga, a capacidade de deslocamento em todas as direções e a ameaça ao território que estivesse dentro do raio de ação do avião militar, desembocaram no propósito estratégico do seu emprego – o bombardeio sobre alvos que representassem a parte indispensável à manutenção da luta pelo oponente, ou seja, a quebra da sua vontade de lutar. Era a aplicação dos conceitos clausewitzianos de *centro de gravidade* e do componente “violência” (ódio) da *trindade notável (trilogia)*<sup>9</sup>, constantes da sua obra.

A conseqüência imediata foi o surgimento do conceito de superioridade aérea – o princípio essencial de emprego do poder aéreo.

A Teoria de Seversky divide o mundo em duas áreas de domínio aéreo: uma estadunidense e outra soviética, e ambas alcançam os heartlands industriais dos EUA e Rússia, reciprocamente. As áreas periféricas do globo não-atingidas pelos poderes aéreos – América Central e do Sul –, constituiriam a *faixa de suprimento*<sup>10</sup>.

Outra vez, constatamos que a teoria vem em socorro de determinada expectativa de adoção de políticas nacionais. Os Estados Unidos convencidos sobre a imprescindibilidade de disporem de uma Força Aérea poderosa e com capacidade de transporte do seu poder para a defesa dos seus interesses no continente europeu, apóiam-se na teoria geopolítica desenvolvida por Seversky para construir uma máquina de guerra aérea sem precedentes.

Entretanto, ao final de todas as considerações, a Teoria do Poder Aéreo traz à luz da análise a conclusão de que tanto ele, quanto o Poder Marítimo estão sujeitos às limitações geográficas e que também emanam da própria terra.

[...] tanto o Poder Marítimo como o Poder Aéreo estão sujeitos às limitações geográficas e também emanam da própria terra [...]. Por conseguinte, qualquer que seja a geoestratégia adotada, ela só terá sentido se tiver como ponto de propósito: a defesa de um espaço terrestre ou a conquista de um espaço terrestre (TOSTA, 1984, p. 102).

O fim da Guerra Fria e a reavaliação das bases sobre as quais as relações internacionais estavam assentadas, acarretaram o surgimento de uma nova ordem mundial. A globalização, forma pela qual os homens de estado visualizaram a reorganização do

---

<sup>9</sup> Referência à trilogia de Clausewitz in *Construtores da estratégia moderna* de Peter PARET, 2001, p. 257 – 292.

<sup>10</sup> TOSTA, 1984, p. 99 – 100.

funcionamento do sistema internacional, afetou as sociedades e os Estados de forma profunda e definitiva, mudando a dinâmica das relações entre eles.

A interdependência entre as nações e a suscetibilidade da situação interna dos países a circunstâncias e pressões externas com influência no cotidiano dos Estados, pressões estas ocorridas por vezes a muitos milhares de quilômetros de distância, apresentou à sociedade mundial uma nova realidade, onde a soberania e as fronteiras sofriam por conta da sua permeabilidade a tecnologias e informações acessadas facilmente. Essa situação mostrou-se ora benéfica, ora maléfica ao bem-estar dos Estados.

A idéia de que as disputas econômicas substituiriam as bélicas começou a tomar corpo entre os novos pensadores, gerando teorias modernas apoiadas em novos paradigmas.

Nesses termos, podemos concluir que seria a economia (e não a geopolítica) que determinaria o(s) Estado(s) que teria(m) um papel hegemônico a desempenhar no interior do sistema-mundo. [...] Essa interpretação implica uma geometrização do espaço mundial. Existe o centro do sistema [...] e as diversas periferias [...] (VESENTINI, 2000, p. 39).

José W. Vesentini, na sua obra *Novas Geopolíticas*, considera que a crescente interdependência entre os Estados induziria a competição atual não mais à destruição dos adversários, mas, tomada sob o enfoque de uma visão econômica, seria uma questão de competição e cooperação, levando os conflitos a uma concorrência e ao mesmo tempo associação, a um crescimento junto; uma vez instalada a crise em um dos Estados, implicaria em dizer que esta mesma crise afetaria o outro e, ao contrário, o crescimento e o desenvolvimento fomentariam as demais economias.

Portanto, a idéia sobre a formação de megablocos ou blocos regionais surgiria mesmo antes do final da Guerra Fria, com os ensaios e tentativas ocorridas na Comunidade Econômica Européia, hoje União Européia. Esse bloco estaria substituindo os Estados nacionais europeus nas suas relações de poder e na sua inserção e busca de domínio no cenário mundial.

Lester Thurow, professor de economia no MIT – Massachusetts Institute of Technology – e ex-assessor do presidente norte-americano Bill Clinton, quem melhor desenvolveu a idéia de que as “guerras econômicas” passaram a dominar o mundo após o final da guerra fria [...] afirma que:

O confronto agora deixou de ser militar para se tornar econômico [...] os confrontos militares representam um desperdício de recursos. As competições econômicas são exatamente o contrário. Na competição econômica o mundo não está mais dividido em parceiros e inimigos. O jogo será simultaneamente competitivo e cooperativo. É possível ser amigo e aliado e, no entanto, querer vencer (VESENTINI, 2000, p. 33).

O mundo estaria, portanto, atualmente, dividido em três “blocos regionais” preponderantes, quais sejam: o americano (liderado pelos Estados Unidos), o europeu, que incluiria a África (liderado pela Alemanha) e o asiático, que incluiria a Oceania (liderado pelo Japão ou, ainda, pela China).

[...] pensar somente em termos geopolíticos, ou seja, do que é melhor para os “nossos” interesses econômico-comerciais na região. O mundo afinal seria como um eterno tabuleiro de xadrez, e o que importa não é preservar tal ou qual peça – seja um princípio, um valor ou um aliado – e sim ter um controle sobre o tabuleiro, se saindo bem nessa disputa que nunca cessa (VESENTINI, 2000, p. 99).

A premissa de que os conflitos levados ao enfrentamento militar são um desperdício de recursos, apesar de uma constatação, não se transforma em consenso entre os Estados, qualquer que seja a sua situação – grande potência mundial ou mesmo pequeno e com papel de coadjuvante nas ações. A constatação da realidade atual onde as grandes guerras foram substituídas pelos confrontos regionais e localizados atestam que os conflitos sempre existirão, poderão mesmo ser minimizados, mas estamos longe de declará-los evitáveis.

Outras teorias há, sobre o crescimento da importância de atores como empresas transnacionais ou organizações não-governamentais em substituição aos Estados-nação – atores estatais –, interferindo nas relações internacionais a ponto de serem considerados os verdadeiros responsáveis pela condução dos conflitos de interesses entre os Estados ou as sociedades que eles representam. Nas variações destas concepções encontramos os autores Kenichi Ohmae e John Naisbitt, ambos<sup>11</sup> com nuances entre as suas teorias – o primeiro, Ohmae, defende a existência de Estados-regiões, ou seja, que há no mundo determinadas regiões, dentro dos Estados, que se apresentam como oásis em um deserto, por conta da extrema produtividade e progresso que irradiam para o restante de seu território. O segundo, Naisbitt, propala o “*paradoxo global*”<sup>12</sup> onde não seriam as grandes empresas e os conglomerados transnacionais os verdadeiros beneficiados com a globalização, mas sim as pequenas e médias empresas que, apoiadas no fortalecimento do mercado global e na nova tecnologia, se imporiam por causa da sua velocidade e flexibilidade nas transações mundiais, numa contundente substituição da “economia de escala” pela “economia de escopo”<sup>13</sup>, mesmo que num primeiro momento testemunhássemos uma prevalência das grandes empresas e a

<sup>11</sup> VESENTINI, 2000, p. 41 – 47 (Kenichi Ohmae. **O fim do Estado-nação**. Ed. Campus, 1999 e John Naisbitt. **Paradoxo Global**. Ed. Campus, 1994).

<sup>12</sup> Segundo J. Naisbitt: "Quanto maior a economia mundial, mais poderosos são os seus protagonistas menores".

<sup>13</sup> “economia de escopo” é denominada por J. Naisbitt como a substituição do volume de capital pelas velocidade e flexibilidade, bem como as inovações constantes com vistas ao mercado (John Naisbitt. **Paradoxo Global**, Editora Campus, 1994).

formação de gigantes conglomerados empresariais – fruto de constantes aquisições e encampações num processo autofágico.

Cabe salientar, ainda, que outra teoria levanta a hipótese de estar-se vivendo, na verdade, um choque das civilizações. Segundo o autor da teoria – Samuel P. Huntington – o mundo pós-Guerra Fria dividir-se-ia em raças e territórios por elas dominados num constante desequilíbrio de poder e influência. Os conflitos não mais girariam em torno do aspecto ideológico, nem mesmo do econômico, mas fundamentalmente do aspecto cultural: a civilização ocidental contra a islâmica – revivendo a luta entre *cruzadas* e  *jihad*  –, a islâmica contra a hinduísta e a hinduísta contra a sínica etc<sup>14</sup> – no que ele denominaria de “*cadinho das civilizações*”<sup>15</sup>. Estes conflitos gerariam instabilidade no sistema internacional e na balança de poder, sob o espectro do surgimento de novas Guerras Frias, agora entre o Ocidente e a Ásia. A humanidade estaria diante da expectativa de quando desfrutaria de um ambiente mundial propício ao desenvolvimento sustentável e uma paz harmoniosa. Podemos verificar, no entanto, que a própria divisão das culturas “beligerantes”, feita por Huntington, apoiou-se no que outrora foram as estruturas ideológicas, étnicas ou econômicas da divisão do poder no sistema internacional constante de outras teorias – as pan-regiões de Haushofer, por exemplo.

Importa, entretanto, destacar que para os propósitos e as justificativas apresentados como de interesse ao presente trabalho, seriam destacadas as teorias geopolíticas que influenciaram de alguma maneira a formação e a consolidação do pensamento geopolítico brasileiro. Pensamento este que, voltado para a análise da postura e da ação diplomática nacional – com base em razões profundas e convicção na capacidade de conduzir um justo e equânime crescimento regional –, procura efetivar o processo de integração do continente sul-americano, viabilizando a liderança natural do Brasil como potência média de alcance regional, por intermédio da aplicação de um poder brando – influência por meio da atração ideológica e cultural.

### 2.3. Geopolítica brasileira

A continentalidade da vasta extensão do espaço geográfico brasileiro, quando comparada com as nações existentes sob a ótica das teorias clássicas, justificam as observações dos geopolíticos sobre o potencial nacional de liderança regional. Ao analisarmos o espaço e a sua posição relativa, nos deparamos com uma situação privilegiada para a

---

<sup>14</sup> Teoria contida na obra intitulada: *O choque de civilizações e a recomposição da Ordem Mundial*, de Samuel P. Huntington, Editora Objetiva, 1997, p. 247 – 311 *passim*

<sup>15</sup> HUNTINGTON, 1997, p. 274 : “*cadinho das civilizações*” é a denominação utilizada para definir a Ásia.

sustentação desta projeção de potencial em face da constatação das riquezas acumuladas e de um domínio estratégico sobre o Atlântico Sul.

Aliados ao crescimento demográfico que assenta na base terrestre um considerável efetivo populacional, os aspectos anteriores fundamentam as teorias que indicam o País como possuidor de indicadores expressivos no sentido de reunir os requisitos básicos para tornar-se um Estado forte no contexto regional, bem como um ator de destaque do sistema internacional.

Ainda no âmbito das Relações Internacionais, apesar dos grandes espaços vazios por preencher e integrar, *figuramos entre as nações mais populosas do Globo*. Nação das mais populosas, com *três condições fundamentais para ser Grande Potência*, pois temos: espaço, posição e matérias primas; somos, portanto, dentro do conceito geopolítico global, uma *Nação Satisfeita* (CASTRO, 1981, p. 58).

O Brasil tem, ao longo da sua história, contado com estudiosos que se dedicaram ao pensamento geopolítico, os quais foram responsáveis pelo surgimento de uma escola com identidade própria, com propostas de estratégias a serem implementadas no sentido de viabilizar o crescimento e o progresso do País.

Os resultados dos estudos e das observações a que chegaram estes estudiosos, fossem eles nacionais ou não, nos dão conta de que mesmo possuindo os tais requisitos básicos, há um caminho a ser percorrido e um esforço a ser despendido pelos brasileiros para viabilizar a integração e o progresso dos anecúmenos existentes à totalidade do território nacional, em particular a região amazônica, como também poderiam ser citadas outras áreas carentes de serem completamente incorporadas ao ecúmeno estatal brasileiro: o norte da região Centro-Oeste e o semi-árido – “caatinga” – da região Nordeste.

Aí estão ainda a nos testemunhar a política providente de nossos avós, o Forte Príncipe da Beira no Guaporé, Tabatinga no Amazonas, Marabitanas no Rio Negro e São Joaquim no Rio Branco. O que urge fazer, em outra escala e com outros meios, é ainda a mesma idéia velha em circunstâncias novas. É preciso tamponar o deserto (SILVA, 1967, p. 43).

O autor considera que por integração do espaço geográfico deva entender-se, a aplicação em sua plenitude do Poder Nacional com o propósito de levar ao território onde o Estado atua os benefícios do desenvolvimento e do progresso, nos campos econômico, psicossocial, científico-tecnológico, político e militar. No campo econômico que a infraestrutura básica conte com uma rede de distribuição de energia elétrica tanto para a indústria, quanto para o bem-estar da população; com uma rede de transportes sejam eles terrestres,

aéreos ou aquáticos, mas que permitam o escoamento da produção, o transporte da mão-de-obra e a circulação desonerada da riqueza; um sistema de comunicações que permita a inclusão e a ligação inter-regiões. No campo psicossocial que sejam assegurados uma rede de saúde pública para atendimento adequado da população, um sistema de ensino que garanta educação de qualidade, a fim de permitir a formação e a qualificação da mão-de-obra, um sistema de segurança pública que supra as necessidades de ordem e preservem as propriedades individual e coletiva, e, ainda, uma rede de saneamento básico com água e esgoto tratados. No campo científico-tecnológico possam ser implementados centros de excelência de pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico como pólo atrativo de capital intelectual e difusor de conhecimento e de progresso. No campo político, seja garantida a representatividade da divisão territorial a nível nacional por intermédio de um sólido sistema de partidos e um conjunto de programas consistentes que viabilizem a inclusão regional no processo de desenvolvimento. Finalmente, no campo militar, sejam estabelecidas bases das diversas corporações de defesa que garantam a soberania e a segurança do Estado contra ameaças aos interesses nacionais e à integridade do território.

Para melhor avaliarmos as diretrizes geopolíticas do Brasil em toda a sua dinâmica, temos que nos deter num exame do *espaço e posição como fatores geográficos*. Relacionadas em seguida a Geografia e a Política, a Geopolítica nos conduzirá aos *fundamentos do Poder Nacional, Continental e Internacional* [...] Globalizando, pois, os fatores que contrastam em nosso território entre o leste e o oeste, podemos deduzir que o Brasil foi no passado, e se mantém no presente, como *País devotado e voltado para o Atlântico* (CASTRO, 1981, p. 36).

Inserido no contexto mundial, o Brasil desenvolveu um pensamento geopolítico próprio, em bases clássicas e que, adaptado, evoluiu para nativo, com influência específica na formulação da política externa e na atuação da diplomacia brasileira, com pretensão de viabilizar a integração do continente sul-americano na era pós-Guerra Fria.

Mas só vale, realmente, a Geopolítica por sua contribuição se, como Estratégia, souber assentar-se em Objetivos Permanentes que traduzam as aspirações e os anseios da consciência nacional. [...] Tal a pedra de toque da verdadeira Geopolítica [...] (SILVA, 1967, p. 33).

A História do Brasil apresenta um processo de formação territorial iniciado na adoção do Tratado de Tordesilhas, o primeiro e um dos mais importantes tratados geopolíticos da humanidade. A evolução do processo ao longo dos períodos de colonização, independência, Império e República, demonstra o quanto de esforço a Política Externa e a Diplomacia

Brasileira devem a seus intelectuais e aos pensadores geopolíticos que lhes proveram as bases de uma doutrina de atuação.

A importância do potencial geopolítico e de uma política externa brasileira voltada para a integração regional evidencia-se no esforço da viabilização do objetivo nacional de tornar-se uma grande nação e uma liderança forte no continente – liderança consentida e compartilhada.

Alijado da foz do Prata, manteve o Brasil quase a metade da bacia Platina em sua esfera geopolítica; repetindo o fenômeno, porém, com mais vantagem na Amazônia, onde englobou em suas fronteiras cerca de 70% daquela planície sedimentar (CASTRO, 1981, p. 27).

A maritimidade do espaço geográfico brasileiro com uma extensa costa aberta às possibilidades comerciais, o domínio estratégico do Atlântico Sul e a busca pela conquista de ligações terrestres, superando os antagonismos geográficos da América do Sul: do Atlântico e do Pacífico, separados pela Cordilheira dos Andes, foram analisados pelos teóricos da geopolítica nacional a quem coube transplantar, com as adaptações impositivas próprias do continente sul-americano, as projeções das teorias mundiais de Mahan e Makinder.

O impermeável divisor – Andes –, acusa a existência de rebaixamentos que permitem a comunicação por intermédio de passagens terrestres, conhecidas por “nudos” ou pontos de rebaixamento, de uma vertente para outra, permitindo acesso a ambos os oceanos.

Analisa, ainda, a subordinação geográfica brasileira à força centrípeta e convergente da Bacia do Prata<sup>16</sup>, que carrearia para Buenos Aires a influência sobre todas as outras bacias de seus formadores – os rios Uruguai, Paraná e Paraguai –, os três com seus cursos percorrendo largamente o território brasileiro. Vale lembrar o corolário que atribui o domínio da bacia hidrográfica de determinado rio, àquele que domina a sua foz.

A observação desta peculiaridade geográfica do continente provoca a sugestão de soluções, visando à superação de tais óbices. A solução seria a implantação de uma política de transportes que neutralizasse, em favor do Brasil, os desequilíbrios dos antagonismos fisiográficos, ou seja, a implantação de uma rede ferroviária, quando necessária, que complementasse o acesso aos portos brasileiros do Atlântico – Santos, Paranaguá, São Francisco, Porto Alegre e Rio Grande. A medida reduziria a influência da região platina sobre as áreas interiores brasileiras que se voltassem para ela.

---

<sup>16</sup> Cf Arthur DIX in *Geografia Política* ao caracterizar as tendências dos Estados no sentido de aspirarem ao domínio da totalidade de uma bacia hidrográfica *apud* TOSTA, 1984, p. 12.

Como nos lembra MATTOS (2002), podemos constatar que das propostas de articulação vial do território sugeridas por Mario Travassos foram, quase todas, incorporadas aos projetos de sucessivos governos.

Graças à realização do sistema de transportes carreadores para os nossos portos dos interesses da imensa área interiorana brasileira, antes submetida à atração hidroviária da bacia platina (Buenos Aires), consolidamos a nossa integração territorial e construimos nas nossas regiões Leste, Sudeste e Sul a mais importante base cultural e econômica da América Latina (MATTOS, 2002, p. 64).

O estudo do “*heartland sul-americano*” traria à tona, em termos de uma política continental, a existência da região compreendida entre as localidades de Santa Cruz de La Sierra, Cochabamba e Sucre, considerada pelos teóricos como o triângulo geopolítico boliviano, área de importância como pólo de convergência das influências Atlântico – Pacífico. A saber, a cidade de Santa Cruz na bacia amazônica viabilizaria a articulação com a região andina onde se localizam as cidades de Sucre – próxima a um dos “nudos” de passagem pelos Andes – e Cochabamba – esta, mesmo andina, está muito próxima da calha amazônica.

As ações e esforços despendidos pelos portugueses e depois pelos brasileiros no sentido de evitar que a Argentina obtivesse o controle desta região quando da tentativa de recompor o Vice-Reino do Prata – na Guerra do Paraguai – bem como, na atual proposta de integração econômica boliviana, sob a esfera de influência brasileira, demonstram concretamente a consciência geopolítica nacional a respeito da importância da área.

Segundo Mario Travassos, o poder sul-americano que conseguir controlar esse triângulo-chave, região de convergência das três forças geográficas que o operam no subcontinente, dominará a política continentalista regional (MATTOS, 2002, p. 60).

Às pretensões brasileiras de influência marítima, soma-se a geoestratégia do Atlântico Sul em face do vasto litoral com que a base territorial é banhada. Apesar de deslocado das grandes rotas estratégicas e comerciais, que ligam os grandes centros do poder que se alternaram ao longo da história da humanidade, o controle desta porção de oceano é imprescindível para a composição dos requisitos necessários a uma liderança regional.

A importância estratégica da ocupação da Antártica com a recomendação da instalação de uma base científica naquele continente justificar-se-ia pela visão prospectiva de geopolíticos brasileiros que anteviam, num futuro próximo, a aplicação pela sociedade

internacional do *princípio da defrontação*<sup>17</sup> com o Hemisfério Sul do planeta – princípio este já aplicado no caso do continente Ártico –, habilitando os Estados que se manifestassem com a participação territorial da comunidade antártica, o direito de pleitear as reservas minerais e de água doce – à época que a teoria foi idealizada não havia nenhuma preocupação com o aquecimento global, nem com a situação das reservas de água do planeta.

Na definição de MATTOS (1980), a Amazônia, esta imensa região natural, é concebida por seus condôminos – o Brasil, a Bolívia, o Peru, o Equador, a Colômbia e a Venezuela, se considerarmos a planície da bacia do Rio Amazonas, podendo ser acrescentados o Suriname e as Guianas, totalizando seis países tributários e mais três amazônicos –, de maneira muito específica na visão de cada um deles, que se referem à região como a sua Amazônia nacional, respeitadas as idiosincrasias dos povos.

O termo *Pan-Amazônia* foi adotado pelos estudiosos para definir o conjunto de toda a região de uma forma mais abrangente, o que engloba a hidrografia, a flora e a fauna de todos os países envolvidos por ela.

A Pan-Amazônia impressiona pelos números que caracterizam a sua expressão geográfica [...] uma cosmovisão da Terra tomada do planeta Marte, na qual a grande região amazônica seria vista com a seguinte representatividade:

- vigésima parte da superfície terrestre;
- quatro décimos da América do Sul;
- três quintos do Brasil;
- um quinto da disponibilidade mundial de água doce; e
- um terço das reservas mundiais de florestas latifoliadas (MATTOS, 1980, p 22 – 23).

O Tratado de Cooperação Amazônica sugerido pelo Brasil objetiva aproximar todos os condôminos de um anecúmeno de relevância no contexto mundial do século XXI e materializa a preocupação em instituir um mecanismo permanente que regularize e intensifique os contatos entre os Governos e setores técnicos. A meta primordial do Tratado é a aproximação entre dirigentes e populações da Amazônia, entretanto, indiscutivelmente, o Brasil comporta-se como uma liderança de seriedade e sinceridade incontestáveis nas tentativas de integração regional<sup>18</sup>. Do ponto de vista geopolítico, a postura adotada pela diplomacia brasileira na regionalização da Bacia do Prata, pautou a discussão e a proposta para a Bacia Amazônica, onde o princípio da colaboração regional ao longo das grandes bacias fluviais coloca em posição privilegiada a nação que domina a foz oceânica. Naquela negociação foram beneficiados o Uruguai e a Argentina.

---

<sup>17</sup> CASTRO, 1981, p. 55 – 58.

<sup>18</sup> MATTOS, 1980, p. 120 – 139.

Os princípios fundamentais do Tratado de Cooperação Amazônica estão calcados nas propostas da: competência exclusiva dos países da Região no desenvolvimento e proteção da Amazônia; soberania nacional na utilização e preservação dos recursos naturais e a conseqüente prioridade absoluta do esforço interno na política de desenvolvimento das áreas amazônicas de cada Estado; cooperação regional como maneira a facilitar a realização desses dois objetivos; harmonia e equilíbrio entre o desenvolvimento e a proteção ecológica; e, absoluta igualdade entre todos os parceiros.

Os propósitos da colonização, da integração regional, do desenvolvimento econômico sustentado e da defesa contra as intrusões alienígenas em assuntos internos provenientes dos grandes centros do poder mundial, a partir de teorias formuladas para endossar e tentar legitimar a implantação de uma dita “soberania compartilhada” ou mesmo da sua “internacionalização”, por conta da alegada incapacidade dos países que a integram em administrá-la e preservá-la como patrimônio mundial não são complementares, mas sim, prioridades e surgem como principal produto da implementação do Tratado – observe-se que uma das principais características do Tratado de Cooperação Amazônica é a sensibilidade dos negociadores para com a “consciência ecológica”, tema de fundo da maioria dos ataques desferidos pela sociedade internacional contra a soberania regional sobre a Amazônia.

A par da importância econômica em virtude das riquezas acumuladas que aguardam a sua exploração para que os países condôminos alcancem seu desenvolvimento auto-sustentado – riqueza esta, citada, em teorias geopolíticas, como reserva de alimentos e materiais estratégicos para as grandes potências mundiais –, vale salientar que para o continente sul-americano a região Pan-Amazônica é também importante do ponto de vista geopolítico, por permitir o controle das áreas que possibilitam a ligação regional do “heartland” da América do Sul com todas as demais do continente, viabilizando a sua integração.

A bacia Amazônica é uma *sub-região de conexão* entre duas áreas de importância estratégica no continente – o Caribe e o altiplano Boliviano, este último considerado o “heartland” da América do Sul. O *sistema Amazônico é controlado* no leste por *Belém*, a porta de acesso do Atlântico; por *Iquitos* no oeste; ao sul por *Santa Cruz de la Sierra*; e no centro por *Manaus*, cidade que controla o tráfego interno fluvial nas direções norte-sul e leste-oeste ou vice-versa. São esses, para Lewis Tambs, “*os quatro pontos geopolíticos fortes da bacia*” (CASTRO, 1981, p. 43).

Impressionados pelas teorias clássicas e contemporâneas<sup>19</sup>, nossos geopolíticos, visualizaram, ainda, a importância da aviação acompanhando os processos de transporte aéreo e seu potencial, no sentido de incluí-lo no sistema viário nacional. Corroborando as idéias de Mario Travassos sobre a imprescindibilidade da implantação de um sistema de transporte que viabilizasse o desenvolvimento e a integração nacional, adiantou-se às análises da época e propôs a inclusão da aviação neste sistema. A convicção de que esse meio de transporte aliviaria a situação de isolamento das nossas regiões limítrofes, tanto na Amazônia, quanto no Centro-Oeste, encontrava consenso em outros estudiosos sobre essa necessidade.

Hoje com as complexas ligações e rotas aéreas sofrendo forte pressão para a sua expansão, quer seja no transporte de passageiros, quer seja no transporte de carga, ou particularmente na função de vetor de integração territorial, vemos o acerto das prospecções geopolíticas do passado e o valor da implementação das medidas propostas nesses estudos.

Dos novos paradigmas geopolíticos, o que mais significativamente influenciou o pensamento brasileiro, por sintonizar com a visão desenvolvimentista e integracionista da geopolítica nacional, foi a teoria dos blocos econômicos regionais.

A integração econômica do continente sul-americano foi identificada como forma de atuação geopolítica, dentro das propostas de inclusão dos novos paradigmas no pensamento geopolítico brasileiro. O potencial de crescimento e progresso nacional com base na riqueza acumulada no espaço geográfico apresentou subsídios para que os teóricos desenvolvessem suas concepções desenvolvimentistas.

A criação do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) procurou explorar a tendência mundial de implantação de blocos econômicos que permitissem às economias de seus integrantes a sua dinamização e a supressão das vulnerabilidades externas, por intermédio da coordenação dos esforços produtivos e da constituição de um parque industrial consistente, pela orientação do comércio – exportações e importações – de modo a minimizar os conflitos e disputas de mercado, atuar nos desequilíbrios da balança comercial entre os países partícipes do bloco e, ainda, torná-los mais competitivos nas negociações do comércio mundial.

A adoção da União Aduaneira do Mercosul, integrando, inicialmente, o Brasil, a Argentina, o Uruguai e o Paraguai, e a conseqüente implantação da Tarifa Externa Comum (TEC), objetivavam, implicitamente, a manutenção de uma base industrial dentro dos territórios dos signatários, com uma TEC média em vigor, que estimulasse empresas

---

<sup>19</sup> Teoria da Geoestratégia Aérea Global de Alexander P. Seversky, na obra de Otávio Tosta – *Teorias Geopolíticas*. BIBLIEX, 1984, p. 93 – 100.

estrangeiras a instalarem-se nos seus territórios, como forma de escaparem ao pagamento da tarifa destinada às exportações de fora do bloco econômico.

As tarifas dentro do bloco passam por um processo de redução, devendo ser eliminadas no final do período de transição. A interpretação a ser feita do Tratado de Assunção é, então, que seus objetivos são puramente comerciais, de abertura e liberação de mercados, sem nenhuma pretensão à coordenação de políticas macroeconômicas ou comuns.

O MERCOSUL mantém-se ancorado na redução das tarifas, procura incrementar o pouco comércio intra-regional e empreende esforços no sentido de ampliar o seu quadro de participantes, visando alcançar toda a América do Sul. A sua expansão inclui, hoje, membros como a Venezuela, que aguarda o referendo dos Congressos brasileiro e paraguaio, e outros associados e participantes complementares da dinâmica comercial como o Chile, a Bolívia, o Peru, o Equador e a Colômbia.

A resistência brasileira à nova empreitada norte americana de controle das Américas, com a implantação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) representa, na verdade, uma resistência à abertura dos mercados sul-americanos ao poderoso parque industrial dos Estados Unidos e do Canadá que, com suas empresas mais competitivas e possuidoras de tecnologia avançada, ocasionaria uma drástica redução das exportações do MERCOSUL e uma desproporcional concorrência direta da produção e do comércio, com a conseqüente quebra do mercado interno e um risco de forte desemprego para a mão-de-obra desqualificada, uma vez que a qualificada continuaria a ser transferida para o mercado americano – que se beneficiaria com a criatividade e o talento científico desse capital intelectual imigrado<sup>20</sup>.

Na opinião do autor, a dissolução do MERCOSUL, uma União Aduaneira por excelência, sufocaria um projeto que intenciona desenvolver uma significativa aproximação entre os países que a integram, bem como, propiciaria acesso no mercado sul-americano dos produtos norte-americanos e canadenses, sob pena de impedir o fortalecimento de lideranças da periferia das Américas o que vai ao encontro das concepções geopolíticas norte-americanas de não admissão de uma liderança regional que divida a sua influência no continente.

As controvérsias internas a serem superadas com relação ao Uruguai e Paraguai dizem respeito primeiro, a atual situação em que a União Aduaneira não lhes tem trazido nenhum benefício, provocando um alinhamento do Paraguai com os Estados Unidos, inicialmente num acordo militar, mas com desdobramentos comerciais, e, depois, as divergências entre Brasil e

---

<sup>20</sup> ALCA e MERCOSUL: riscos e oportunidades para o Brasil, Samuel Pinheiro Guimarães, organizador. Brasília: IPRI, FUNAG, 1999, p. 283 - 285.

Argentina que cientes das suas potencialidades geopolíticas, possuem os mesmos objetivos de inserção internacional e de liderança regional.

A percepção é que um moderno e dissimulado “Monroísmo” – Doutrina Monroe – estaria sendo arquitetado para implantação na América, ou seja: “*A América para os norteamericanos*”<sup>21</sup>. A concretização de teorias geopolíticas desenvolvidas por cidadãos americanos e incorporadas pelos seus estadistas, para respaldar a continuidade da sua hegemonia como Estado-nação, estaria se confirmando – concepções geopolíticas como a do Poder Aéreo e das Pan-regiões, as quais mantêm a América do Sul como um continente periférico e supridor de material estratégico para a “hiperpotência”<sup>22</sup> (Estados Unidos da América).

Observe-se que o Mercosul da forma como está organizado e constituído, reúne ao Brasil países que apresentam possibilidades de comércio complementar, quer no âmbito das “commodities”, ou seja, de produtos primários, quer no dos manufaturados de maior valor agregado, esses com vantagem para os itens brasileiros em face do parque industrial nacional mais complexo. A conseqüência para os países do MERCOSUL é a tentativa de minimização da sua vulnerabilidade externa se considerarmos a pauta de exportações e os elevados índices de concentração destas na esfera comercial, bem como os baixos gastos com pesquisa e desenvolvimento tecnológico na esfera produtivo-tecnológica que os caracterizam.

Se considerarmos que o importante no presente caso é o comportamento adotado pelo País no sentido de capitanear o processo de formação do bloco econômico como uma plataforma para consolidar a sua liderança política no continente, possibilitando a sua inserção no cenário internacional como um ator de peso específico, sem dúvida, o custo-benefício deste esforço terá um significado geopolítico valioso.

## 2.4 Conclusão Parcial

O amálgama do pensamento geopolítico brasileiro, como se pretendeu demonstrar, foi influenciado pelas teorias clássicas, contemporâneas e pelos novos paradigmas, e formou-se, devidamente adaptado ao contexto nacional, com o propósito de propor medidas que permitissem ao País integrar e desenvolver os vazios do espaço geográfico.

---

<sup>21</sup> Reinterpretação livre do autor, da definição clássica de Doutrina Monroe, para “Monroísmo Moderno” que estaria, segundo ele, sendo implantado no continente americano pela potência hegemônica – EUA.

<sup>22</sup> “hiperpotência” é um neologismo utilizado para retratar a situação hegemônica em que se encontram hoje os Estados Unidos nas suas relações com outros Estados-Nação do sistema internacional e as regras estabelecidas na nova ordem mundial.

O autor procurou provar que a geopolítica brasileira caracteriza-se não pelas concepções expansionistas ou dominadoras, mas, e principalmente, por uma ótica integracionista e desenvolvimentista. As dimensões continentais do Brasil dispensam preocupações de aumento do “espaço vital”, bem como lhe garantem um potencial de riquezas acumuladas, requisitos considerados básicos para a análise da capacidade de um Estado com relação à sua inserção no sistema internacional como elemento de destaque.

Entretanto, esta grande extensão territorial e a riqueza acumulada necessitam de integração ao ecúmeno estatal por força do desenvolvimento e do progresso, de maneira que os espaços vazios sejam ocupados e explorados pelo Estado, em especial as regiões Norte e Centro-Oeste e, complementarmente, a região Nordeste, sem o que não se concretizam as previsões que indicam o Brasil como uma potência média de escala continental.

A necessidade de interiorização do poder e do controle do Estado, levando-os a todos os pontos da vasta área ainda não-explorada mediante uma política adequada de povoamento, crescimento e progresso, fortalecerá o Poder Nacional, refletir-se-á sobre o sentimento de nacionalidade e será um elemento propagador do desenvolvimento.

A necessidade de desenvolvimento de uma mentalidade marítima nacional no sentido da exploração econômica das riquezas existentes na nossa plataforma continental e mar territorial, e a vocação geopolítica do País para a área estratégica do Atlântico Sul, impõem-se diante do imperativo de teorias clássicas que ressaltam a importância dos poderes marítimo e naval, constituídos por uma marinha mercante pujante e uma armada poderosa a lhe prover segurança.

Os teóricos da geopolítica brasileira privilegiam a integração e o desenvolvimento do espaço geográfico – visão integracionista e desenvolvimentista do pensamento geopolítico brasileiro – e a busca da unidade sul-americana – o sul-americanismo sob a liderança nacional, evitando que o “*heartland*” regional deixe a órbita da influência brasileira – como objetivos a serem perseguidos pela diplomacia brasileira.

A par de tudo o que foi apresentado, cabe ao capital intelectual brasileiro digladiar-se, nas arenas do pensamento democrático, na defesa dos interesses nacionais – suas aspirações e seus objetivos permanentes – em busca da satisfação e concretização dos planos de desenvolvimento e inserção no cenário internacional como um ator de relevância, por intermédio de uma diplomacia firme e convincente, constituídas de cérebros capazes e corações ardentes, como os que nutriram figuras do porte do Barão do Rio Branco e outros ícones da geografia humana do país.

*“A geografia condiciona, dificulta, sugere, inspira, estimula, enfim, apresenta o seu desafio, cabe ao homem responder a esses desafios. Ou os responde e os supera, ou não os responde e é derrotado”.*

Arnold Toynbee – historiador (Teoria do Desafio e Resposta)<sup>23</sup>

Política externa e diplomacia são os assuntos sobre os quais passaremos a discorrer no próximo capítulo, procurando relacioná-los ao pensamento geopolítico nacional, de modo a perceber as interligações existentes entre esses temas.

---

<sup>23</sup> Arnold Joseph Toynbee in **A Study of History** (The Geneses of Civilizations), 1934.

### 3. POLÍTICA EXTERNA

#### 3.1 A evolução e a consolidação das bases da Política Externa no século XX

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em seu Artigo 4º, apresenta os princípios que regem as relações internacionais do País. Esses princípios servem para consolidar o processo histórico da condução da Política Externa Brasileira e orientar a postura da diplomacia nacional no contexto globalizado de um sistema internacional que se reorganiza dentro de uma nova ordem mundial.

A procura do País pela sua inserção no cenário mundial passa pelas ações e decisões adotadas no seu relacionamento com os outros atores externos – relações internacionais –, na tentativa de aproveitamento das oportunidades que viabilizem o seu desenvolvimento.

Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

- I – independência nacional;
- II – prevalência dos direitos humanos;
- III – autodeterminação dos povos;
- IV – não-intervenção;
- V – igualdade entre os Estados;
- VI – defesa da paz;
- VII – solução pacífica dos conflitos;
- VIII – repúdio ao terrorismo e ao racismo;
- IX – cooperação entre os povos para o progresso da humanidade;
- X – concessão de asilo político.

Parágrafo único. A República Federativa do Brasil buscará a *integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina*, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações (LIMA, 2007, p. 3 – 4) (grifo do autor).

A história da Diplomacia Brasileira é caracterizada por uma conduta pautada em ações que demonstraram que o nacionalismo brasileiro, não foi, como outros, um nacionalismo expansionista e de busca da prevalência imposta dos seus interesses.

A formação das fronteiras do Brasil como parte de um processo que privilegiou a superação arbitrada dos conflitos e a pertinência do pensamento geopolítico nacional, refletem a importância da diplomacia nacional na constituição e consolidação do território e, ainda, viabilizam condições para o desenvolvimento do processo de integração do continente sul-americano a ser conduzido por uma Política Externa voltada para a defesa dos interesses nacionais e para a consecução dos objetivos nacionais permanentes, evitando a criação de antagonismos e gerando um ambiente de paz e cooperação na América do Sul.

A envergadura da obra diplomática de Rio Branco é indiscutível. Como avalia Rubens Ricupero, é difícil encontrar, na história das relações internacionais, um desempenho negociador e um padrão exclusivamente pacífico, próximo do brasileiro, na fixação de fronteiras nacionais. Este desempenho se caracterizou pela “concentração metódica sistemática, de todos os recursos diplomáticos e do uso legítimo, não violento, do poder, sem chegar ao conflito militar, para a solução com êxito do conjunto dos problemas fronteiriços” (LAFER, 2004, p. 43 – 44).

Rio Branco, segundo LAFER (2004), era um estadista e um cosmopolita, visionário que deslindou com argúcia e tirocínio o futuro do País, tendo dito sobre a imprescindibilidade da integração regional e a cooperação entre os Estados sul-americanos: “*Por conseguinte, desafogado o país do tema das fronteiras, trabalhar para a união e a amizade entre os países sul-americanos, – o que significa, em primeiro lugar, empenhar-se na construção da paz na América do Sul, – passou a ser uma constante, uma “força profunda”*” (grifo do autor), *da política externa brasileira*<sup>2</sup>”.

A ação diplomática brasileira no sentido de atender à antevisão de Rio Branco remonta ao período imediatamente posterior à delimitação das nossas fronteiras, a qual ateve-se à busca de soluções conciliatórias em questões de conflitos que envolviam Estados vizinhos, tais como: a questão de Letícia entre Colômbia e Peru (1930), na Guerra do Chaco entre Paraguai e Bolívia, no Protocolo do Rio de Janeiro em contencioso entre o Equador e o Peru (1942 e 1990), ação diplomática esta que demonstra a consciência da política externa sobre a “força profunda” que a impulsiona a trabalhar pela integração da América do Sul, eliminando ou minimizando as conseqüências desastrosas dos contenciosos e buscando evitar os conflitos armados entre nossos vizinhos.

As linhas mestras da ação diplomática brasileira que se estendeu até o final da década de 80, como nos lembra PINHEIRO (2004), foram influenciadas pela dependência do País ao seu modelo econômico, e que variou da postura agrário-exportadora do Império e início da República, passando pela industrialização por substituição de importações e a consolidação como ator de relevância no contexto regional, até chegar a postura atual, que procura a inserção do Brasil como partícipe das discussões da ordem mundial no sistema internacional oscilando entre o *americanismo* – alinhamento automático ou ideológico aos Estados Unidos – e o *globalismo* – diversificação dos parceiros globais e a valorização dos organismos internacionais e seus regimes<sup>3</sup>.

---

<sup>1</sup> Pierre Renouvin e Jean-Baptiste Duroselle, 1991 *apud* LAFER, 2004, p. 20.

<sup>2</sup> LAFER, 2004, p. 52.

<sup>3</sup> PINHEIRO, 2004, p. 11 – 68 *passim*.

A diplomacia brasileira, ao longo do tempo, caracterizou-se pela busca de uma posição autônoma do País na interpretação da sua situação dentro do sistema internacional e da própria realidade, apresentando soluções autênticas para os problemas brasileiros e, também, na identificação dos recursos externos que poderiam viabilizar o desenvolvimento interno – “*nacionalismo de fins*”<sup>4</sup>.

No plano das idéias, valores e doutrinas que orientaram a ação externa do Brasil ao longo do último século destaca-se a busca pela autonomia [...] mesmo quando essa estratégia parecia se traduzir – muitas vezes de fato se traduziu – **no alinhamento a uma determinada potência** (PINHEIRO, 2004, p. 7 – 8).

A busca da autonomia nacional, entretanto, percorreu o caminho inicial de um alinhamento e dependência à Inglaterra, seguida pela aproximação aos Estados Unidos, fase conhecida por “*americanização*” da política externa. Alternou esta postura com a adoção do “*globalismo*”, que se caracterizou pela diversificação das suas relações internacionais, como forma de aumento do poder de barganha com os atores hegemônicos e centrais.

O período da era Vargas até a eclosão da guerra se acentuaria a tendência a um comportamento oscilatório entre o alinhamento ora ao liberalismo político e comercial dos americanos, ora ao nacionalismo alemão, de acordo com as conveniências para o País, inaugurando a postura conhecida como “*equidistância pragmática*”<sup>5</sup>, ou seja, uma postura diplomática de aproximações alternadas e simultâneas, autônoma na medida em que mantinha uma distância possível da área de influência desses dois atores mundiais.

O nacionalismo de fins seria oportuno à época da eclosão da Segunda Guerra Mundial em vista de que a contrapartida do alinhamento à política dos Estados Unidos nos possibilitou o ingresso em uma era de industrialização nacional, bem como um reaparelhamento do aparato bélico nacional – “*pragmatismo diplomático*”<sup>6</sup>.

O advento da Guerra Fria condiciona a permanência ao alinhamento diplomático brasileiro com os norte-americanos e os resultados do nacionalismo de fins são prejudicados pelas prioridades recebidas pelos programas de reconstrução européia (Plano Marshall) e pela rigidez ideológica do conflito bipolar (Estados Unidos e União Soviética), as quais provocaram o afastamento americano não apenas do Brasil, mas do continente sul-americano.

A diplomacia brasileira articula, no âmbito sul-americano, antecipando sua intenção de influenciar os Estados vizinhos, a implementação do desenvolvimento regional como condição para a manutenção da democracia, da solidariedade e da paz entre as nações. O

---

<sup>4</sup> LAFER, 2004, p. 87 – 89.

<sup>5</sup> PINHEIRO, 2004, p. 22 – 23.

<sup>6</sup> *Idem, op. cit.*, p. 90 – 93.

posicionamento brasileiro viabilizou a criação do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), respaldando a postura do Brasil de difundir o crescimento entre seus vizinhos como base para a integração entre estas nações soberanas tão grandes e fortes quanto possível.

As dificuldades do comércio exterior – deterioração dos preços dos produtos primários (*commodities*) – e a conseqüente redução da geração de recursos cambiais levariam o Brasil a liderar uma articulação diplomática no sentido da criação da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (*United Nations Conference of Trade and Development* – UNCTAD) com a introdução do conceito de preferências no acesso aos mercados – “tratamento especial e diferenciado” – a ser dispensado pelos países desenvolvidos aos produtos exportados pelos países em desenvolvimento, diferentemente do dispositivo de reciprocidade previsto no *General Agreement on Tariffs and Trade* / Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT) – hoje Organização Mundial de Comércio (OMC). A postura brasileira o credenciaria junto a outros Estados-nação como um representante natural nos fóruns internacionais, num processo lento e progressivo de aceitação e credibilidade.

A retomada do processo desenvolvimentista nos governos militares e a acentuação do senso de auto-afirmação nacional desembocariam na percepção do País como uma “*potência emergente*”. A complexa dinâmica de funcionamento do sistema internacional indicava a necessidade de criação de uma nova ordem econômica internacional, bem como a adoção de uma Política Externa brasileira independente, pela compreensão de que o alinhamento automático não aumentava as bases de poder e barganha do País, sendo então crucial a diversificação das parcerias com países do bloco socialista e nações africanas recém libertas, com a conseqüente ampliação das interações diplomáticas – “*pragmatismo responsável*”.

O Brasil busca a diversificação dos relacionamentos diplomáticos com o claro objetivo de ampliar o espaço de autonomia. A intensificação das relações internacionais foi um dos principais objetivos do “pragmatismo responsável”, por intermédio de uma importante política africana, uma expressiva aproximação com o mundo árabe e o significativo restabelecimento das relações diplomáticas com a União Soviética e com a China. O paradigma da política externa mudava para o “*globalismo*”<sup>8</sup>.

Segundo Eric Hobsbawn, a interpretação dos eventos da queda do muro de Berlim – evento inaugural – e o colapso da União Soviética – a conclusão – traduziram a leitura do

---

<sup>7</sup> LAFER, 2004, p. 99 – 106 *passim*.

<sup>8</sup> PINHEIRO, 2004, p. 34 – 35.

século XX como o “*século breve*”<sup>9</sup> – o das guerras de alcance planetário –, assim percebido, por estar contido entre a Primeira Guerra Mundial (1914) e o fim da Guerra Fria (1989).

A consequência mais importante para o Brasil advinda do processo de globalização é a percepção da sobreposição dos interesses nacionais tanto no ambiente interno, quanto no externo, definindo uma política desenvolvimentista para o País, segundo as mudanças de poder no sistema internacional e a discussão de uma nova ordem mundial.

### **3.2 A atuação da Política Externa no período pós-Guerra Fria**

Os governos que se seguiram no período pós-Guerra Fria tiveram que empreender um esforço para entender as mudanças no sistema de relações internacionais e adaptar o País por intermédio da reordenação da agenda, num contexto de “globalização assimétrica”<sup>10</sup>.

Até o final da Guerra Fria o Brasil foi percebido pelos seus vizinhos sul-americanos como um País com uma Política Externa marcada por duas vertentes – a preocupação com o desenvolvimento econômico e o alinhamento à política externa dos Estados Unidos.

Após o desaparecimento do bloco soviético e o fim da Guerra Fria, o quadro atual das relações entre os países sul-americanos com o Brasil apresenta modificações, fruto da reorientação da nossa política internacional.

O Brasil passa a intentar a garantia de uma presença soberana no mundo e transformar a atuação da sua diplomacia em instrumento de desenvolvimento nacional, eivada de uma preocupação regionalista, que não hesita em afirmar a sua disposição de uma liderança continental.

Os governos Fernando Collor de Melo e Itamar Franco caracterizaram-se por períodos onde vigeu uma “*crise de paradigmas*”<sup>11</sup>, ao constatar-se que a postura de alinhamento ou afastamento do ator hegemônico não apresentou os resultados esperados: aumento da credibilidade internacional para a renegociação da dívida externa e a inserção do País no Primeiro Mundo.

Os esforços visavam à estabilização da economia, a reorganização da estrutura administrativa do governo, a reordenação da agenda nacional e a procura de uma participação mais inclusiva nas relações internacionais, apoiada na discussão nos fóruns mundiais de temas

---

<sup>9</sup> Eric Hobsbawn, *The Age of Extremes*, N. York, Pantheon Books, 1994 *apud* Renato Petrocchi, *O Irredutível Século XX: Uma Pesquisa de Chaves de Leitura*, Contexto Internacional, vol 22, n. 1 (jan./jun.), 2000, p. 7 – 37.

<sup>10</sup> LAFER, 2004, p. 114.

<sup>11</sup> PINHEIRO, 2004, p. 48 – 52 *passim*

como o controle de tecnologias sensíveis, direitos humanos e adesão aos regimes internacionais de comércio.

O governo Fernando Henrique Cardoso reordenou a agenda nacional no âmbito interno por intermédio da consolidação da democracia e da manutenção de uma economia aberta, estabilizada pelo Plano Real. No âmbito externo, ocorreu uma reaproximação com os Estados Unidos, bem como o fato do Brasil não ser identificado a nível mundial como um “*monster country*”<sup>12</sup> constituiu um potencial a ser explorado no sistema internacional.

A capacidade demonstrada pelo País na articulação de consensos entre Estados emergentes e pequenos, na procura de interpretar e perceber os pontos comuns das propostas desses blocos que se formaram nos fóruns multilaterais, confirmaram a sua credibilidade como um ator que se caracteriza por utilizar seu “soft power”<sup>13</sup> nas relações internacionais, procurando cooptá-los em vez de coagi-los, levando-os à aquiescência e à imitação da postura desejada – um dos princípios norteadores das relações internacionais brasileiras é a igualdade entre os Estados (item V do Art 4º da CF).

Este trato construtivo se deu em fóruns multilaterais, que são para o Brasil, pelo jogo das alianças de geometria variável, possibilitadas por um mundo de polaridades indefinidas, o melhor tabuleiro para o país exercitar a sua competência na defesa dos interesses nacionais (LAFER, 2004, p. 118).

As posturas dos governos ao longo da década de 90, com poucas variações, ativeram-se à consolidação da dinâmica democrática, do desenvolvimento nacional por intermédio da inserção competitiva do Brasil na economia mundial regulada pelo livre mercado, da observação e discussão dos novos temas relacionados com os direitos humanos e da preservação do meio ambiente.

A mudança da orientação introduzida na Política Externa, somada as alterações ocorridas no panorama político do continente, como a ascensão de partidos e dirigentes populistas e a identificação no comportamento brasileiro de uma propositura de liderança regional declarada, seria acompanhada, inevitavelmente, de uma reação dos países com aspirações de uma maior autonomia à semelhança do próprio Brasil e de uma conseqüente limitação da liberdade de ação do País.

---

<sup>12</sup> Cf George Frost KENNAN – cientista político – *apud* LAFER, 2004, p. 24, 76 e 111, “*monster country*” é a designação utilizada para citar as potências mundiais que pelo seu comportamento agressivo e unilateral, tratam os temas globais sem a busca do consenso entre pequenos e grandes (P. Ex.: EUA, China, Rússia etc.).

<sup>13</sup> “*soft power*” ou poder brando, significa a atração ideológica e cultural exercida por um país sobre outro, “levando os outros a quererem o que você quer”, segundo Joseph S. Nye Jr – O Paradoxo do Poder Americano. São Paulo: UNESP, 2002, p. 14.

O ataque terrorista às torres gêmeas do World Trade Center, em 11 de setembro de 2001, e a intervenção militar norte-americana no Iraque, em 19 de março de 2003, representaram situações inesperadas no cenário internacional do século XXI: o primeiro uma demonstração da violenta miopia religiosa do islamismo, e o segundo a prova contundente do unilateralismo da soberania hegemônica<sup>14</sup>.

Ambas as situações solaparam e enfraqueceram a atuação da Organização das Nações Unidas (ONU), bem como comprometeram as bases do Direito Internacional Público no âmbito mundial, este um regulador e mediador das ações da política externa dos Estados.

Ambas as situações vêm desestabilizando o sistema internacional por intermédio da multiplicação das tensões. Tensões que intensificam os antagonismos e exacerbam as questões do equilíbrio do poder.

A percepção de que a América do Sul não foi atingida pela onda de tensões que interferem no equilíbrio do poder, fizeram surgir a sensação de que, no contexto mundial, ela constituir-se-ia em uma “região de paz”. A inexistência de conflitos armados entre os Estados que a integram, os avanços nas inter-relações e os acordos surgidos das conferências e cúpulas, calcadas na postura pacifista, conciliadora e, particularmente, legalista, adotada pelo Brasil, criam um ambiente propício para o esforço de integração desenvolvido pela diplomacia brasileira, que não empreende uma luta pela liderança imposta, mas sim uma liderança espontânea e admitida.

A utilização do “*hard power*” por um Estado na era da globalização sem uma justificativa moral aceitável pela opinião pública mundial e a legitimidade emprestada pelo amparo do ordenamento jurídico internacional, atua direta e negativamente sobre o “*soft power*” deste Estado, acrescentando tensões e vulnerabilidades ao seu relacionamento com os demais atores, bem como a perda relativa de poder.

A política externa brasileira, bem como a sua diplomacia tem, ao longo do tempo, pautado seu comportamento na combinação da mudança e da continuidade. Em alguns momentos, onde o ambiente político interno observa mudanças significativas nas orientações dos governos, pode-se imaginar que estariam ocorrendo profundas modificações. Entretanto, o que se verifica é que ainda vigora a definição apresentada pelo Conselho de Estado do Império sobre a diplomacia brasileira: “*Diplomacia inteligente, sem vaidade; franca, sem indiscrição; enérgica, sem arrogância*”<sup>15</sup>.

---

<sup>14</sup> Cf Fernando Henrique Cardoso *apud* LAFER, 2004.

<sup>15</sup> Celso LAFER citando sua publicação: *Mudam-se os Tempos – Diplomacia Brasileira, 2001 – 2002*, vol. I e vol. II. Brasília: FUNAG/IPRI, 2002, p. 276.

O momento atual da política externa brasileira, obedecendo às diretrizes do governo Luis Inácio Lula da Silva, admite premissas e projeta metas e situações a serem alcançadas. Neste contexto, o Brasil constata ser um Estado que historicamente vive em paz e harmonia com seus vizinhos, coopera na construção do direito internacional e participou da fundação das organizações multilaterais que são base da ordem mundial<sup>16</sup>.

O País redemocratizou-se pela força do voto livre e consciente do povo, numa inequívoca demonstração de processo de mudança fundamentalmente pacífica.

O Ministério das Relações Exteriores (MRE) vem defendendo uma linha de atuação diplomática de postura “*ativa e altiva*”<sup>17</sup>, tanto no contexto regional, quanto no mundial. Entretanto, as preocupações no campo econômico-financeiro, a continuidade do processo de consolidação da democracia, as dificuldades de inclusão social, o agravamento da crise institucional no campo da segurança pública e a forte atuação do crime organizado e do narcotráfico, têm formado o pano de fundo das relações assimétricas do País com a potência hegemônica e, em particular, com os Estados vizinhos, gerando tensão.

Na visão de SOUTO MAIOR (2006), a postura brasileira de concretizar a pretendida liderança regional depara-se com duas possibilidades fundamentais no sentido de integrar o continente sul-americano:

✓ Despender esforços na criação de uma comunidade única e que integre todos os países do continente, implantando um “*sul-americanismo*” com liderança brasileira, mediante a expansão das propostas contidas no MERCOSUL – uma *integração centralizada*; ou

✓ Celebrar acordos bilaterais que necessariamente sejam coordenados pelo Brasil, de modo a fazer com que a integração se concretize de forma gradual e progressiva, até que todos os países sul-americanos estejam ligados e integrados por intermédio do Brasil, criando uma interdependência e um alinhamento ao País – uma *integração descentralizada*<sup>18</sup>.

SOUTO MAIOR (2006) conclui que as dificuldades na integração do continente passam pela superação de óbices como: a profunda assimetria econômica e social existente entre os vários países que o compõe por intermédio do estabelecimento de uma infra-estrutura de transportes, energética e de comunicações que permita o fortalecimento dos laços comerciais e humanos; o adiamento do grande projeto multinacional sul-americano,

---

<sup>16</sup> SILVA, 2003, p. 14.

<sup>17</sup> Palestras proferidas no Auditório do Ministério das Relações Exteriores em 25 de abril de 2007 para o Curso de Política e Estratégia Marítimas da Escola de Guerra Naval pelo Ministro Marcos Vinicius Pinta Gama, da Secretaria-Geral das Relações Exteriores, sobre o tema “A Política Exterior do Brasil” e pelos Ministros João Luiz de Barros Pereira Pinto e Clemente de Lima Baena Soares, da Divisão da América Meridional, versando sobre “O Brasil e os países da América do Sul”.

<sup>18</sup> SOUTO MAIOR, 2006, p. 54 – 59.

apostando-se no potencial brasileiro de alavancar as demais nações que se entrelaçariam em suas relações internacionais a partir do ponto central – o Brasil, peça chave da aproximação regional; e, finalmente, permitir que, com base no peso específico que o País representa no contexto sul-americano, o Brasil atue como catalisador da expansão regional, contemporizando as peculiaridades culturais, as sensibilidades históricas – ainda não-superadas, devido a um processo conturbado e violento de consolidação das fronteiras nacionais – e as suscetibilidades das idiossincrasias das lideranças políticas regionais míopes e das populações com déficit de acesso aos benefícios do progresso.

A diplomacia brasileira, inserida no complexo processo de globalização em curso no cenário internacional, procurou posicionar-se de modo a não ficar a margem dos esforços mundiais dos Estados em adaptar-se a uma nova ordem. A esta postura recente deve-se a condução da política externa contemporânea com ênfase em uma nova arquitetura financeira internacional, baseada na adequada lógica de relação do mercado e nas necessidades sociais internas de cada país.

A estratégia nacional para o crescimento e redução das vulnerabilidades externas está voltada para o incremento das exportações, na busca de tecnologias nacionais ou não e nos investimentos produtivos nacionais ou estrangeiros.

Neste contexto, especial atenção está sendo dada ao projeto do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), bem como a melhoria das relações com os Estados Unidos e a União Européia e a busca de novos parceiros comerciais de potencial parecido com o Brasil.

Uma América do Sul politicamente estável, socialmente justa e economicamente próspera é um objetivo a ser perseguido não só por natural solidariedade, mas em função do nosso próprio progresso e bem-estar (SILVA, 2003, p. 56).

A história do relacionamento do Brasil com os Estados Unidos e o Canadá é pautada pelo entendimento e pela cooperação. A possibilidade real de uma verdadeira abertura dos mercados internos destes países, com base em uma parceria isenta de subsídios e com a eliminação de barreiras tarifárias e não-tarifárias como forma de promoção do desenvolvimento auto-sustentável generalizado para todos os povos americanos, terá como consequência a natural adesão do continente ao projeto da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA)<sup>19</sup>.

---

<sup>19</sup> SILVA, 2003, p. 20 – 23.

A participação nas discussões sobre a criação efetiva de mecanismos mundiais de regulação e minimização dos efeitos da volatilidade dos fluxos financeiros vem se mantendo há algum tempo na pauta da atuação diplomática.

O desenvolvimento de políticas que estimulem o incremento da poupança interna do País de modo a aumentar a sua capacidade de auto-investimento, bem como a adoção de medidas que visem a otimizar e a ampliar a formação do capital intelectual brasileiro – as suas capacidades humanas – surtirão o efeito de elemento multiplicador do desenvolvimento auto-sustentável.

Nossa política externa refletirá também os anseios de mudança que se expressam nas ruas. No meu Governo, a ação diplomática do Brasil estará orientada por uma perspectiva humanista e será, antes de tudo, um instrumento do desenvolvimento nacional. Por meio do comércio exterior, da capacitação de tecnologias avançadas, e da busca de investimentos produtivos, o relacionamento externo do Brasil deverá contribuir para a melhoria das condições de vida da mulher e do homem brasileiros, elevando o nível de renda e gerando empregos dignos (SILVA, 2003, p. 39).

O estabelecimento de uma parceria madura com os Estados Unidos e União Européia, bem como outros países desenvolvidos – Japão, em particular – e o aprofundamento das relações com os países do grupo denominado BRIC<sup>20</sup> – Brasil, Rússia, Índia e China –, podendo, atualmente, incluírem-se também o México e a África do Sul, serão metas importantes no sentido de evitar que o foco da ação diplomática concentre-se numa única região, atendendo o princípio do desenvolvimento da multipolaridade das relações, sugerida pela política externa.

O estreitamento de relações internacionais e a reafirmação dos profundos laços históricos e antropológicos que nos unem ao continente africano determinam o interesse da diplomacia na revitalização das ligações do eixo SUL – SUL, no qual ressalta a importância de um grande parceiro que é a África do Sul e os demais países com os quais o Brasil tem ligações significativas quando da ocorrência de seus processos de descolonização e independência, uma vez que a diplomacia brasileira liderou o movimento internacional de reconhecimento dos novos Estados-nação<sup>21</sup>.

---

<sup>20</sup> BRIC é um acrônimo cunhado pelo economista inglês Jim O'Neill, chefe do Departamento de Pesquisas Econômicas Globais do banco americano Goldman Sachs para designar os quatro principais países emergentes do mundo, a saber: **B**rasil, **R**ússia, **I**ndia e **C**hina. Usando as últimas projeções demográficas e modelos de acumulação de capital e crescimento de produtividade, especula-se que esses países poderão se tornar a maior força na economia mundial até 2050.. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/140307/entrevista.shtml>>. Acesso em 25 de julho de 2007.

<sup>21</sup> Professor Severino Bezerra Cabral Filho, em palestra sobre Concepções Geopolíticas, proferida no corrente ano (2007) para os alunos do MBA/COPPEAD da Escola de Guerra Naval.

A interação da nação brasileira com seus vizinhos tem procurado pautar-se no respeito às diferenças e ao direito da sua autodeterminação. Sob o ponto de vista antropológico, a diplomacia brasileira adota uma postura avessa ao relacionamento baseado no etnocentrismo excludente, que o faria olhar para o mundo tomando-se como centro e referência.

Adaptando a definição sobre etnocentrismo de ROCHA (2007), poder-se-ia pensar o comportamento dos outros Estados, através dos valores, modelos e definições nacionais do que é a existência, tomada a nossa história nacional. A hostilidade surge da dificuldade de interpretar as diferenças próprias de origens distintas e da incapacidade de internalizar as relações humanas e internacionais, a fim de mantê-las sob a perspectiva de respeito e aceitação ao princípio do direito à igualdade entre os povos e a sua auto-afirmação, apregoada nos princípios da diplomacia brasileira.

O comportamento diplomático brasileiro pautado nestas premissas tem fortalecido o seu poder brando junto aos seus parceiros, mesmo que por vezes possa ser tomado como fraqueza ou tibieza ante a discussão e solução dos conflitos dos interesses nacionais.

A concretização do propósito de integração regional depende da formulação consciente e adequada de uma Política Externa eficaz na identificação das próprias potencialidades e dos Estados vizinhos, na minimização dos antagonismos regionais históricos, no respeito à sua cultura única e aos seus costumes próprios, bem como de uma competente condução do processo, baseada na reconhecida eficiência e eficácia da diplomacia nacional e no comportamento conciliador dos brasileiros.

Se conseguirmos voltar a andar em paz em nossas ruas e praças, daremos um extraordinário impulso ao projeto nacional de construir, neste rincão da América, um bastião mundial da tolerância, do pluralismo democrático e do convívio respeitoso com a diferença (SILVA, 2003, p. 44).

A visão moderna de que “geoconomia” também é geopolítica, tem sido priorizada na orientação das relações com os países sul-americanos e baseadas nas concepções geopolíticas nacionais que procuram viabilizar as aspirações de liderança natural e de conquista do poder regional sem a conotação da busca pela hegemonia ou a sua imposição.

Com efeito, num *mundo que simultaneamente se regionaliza e se globaliza*, convém fazer não apenas a melhor política, mas também a *melhor economia de uma geografia* – como, por exemplo, vêm fazendo os europeus desde a década de 1950, no seu processo de integração. Daí uma linha de ação voltada para transformar as fronteiras brasileiras de clássicas *fronteiras-separação* em modernas *fronteiras-cooperação* [...] (LAFER, 2004, p. 54).

A importância das proposições da geopolítica brasileira na formulação de uma política externa se verifica na medida em que a sua atuação minimiza as tensões históricas e as desconfianças existentes na relação entre o Brasil e os Estados vizinhos e, também, maximiza o potencial das relações humanas e comerciais, viabilizando a integração continental e a liderança regional do País.

A iniciativa brasileira de sediar a primeira Reunião de Presidentes da América do Sul com o objetivo de aprofundar a cooperação já existente entre os Estados, que se converteu em um projeto para os países integrantes do continente, voltado à criação de um espaço de entendimento e ampliação das capacidades regionais no encaminhamento das propostas de desenvolvimento, sinaliza a vontade política de condução de um processo de ajuste de aspirações e objetivos, de necessidades e possibilidades.

Com base numa perspectiva geoeconômica regional, vários projetos de infra-estrutura de integração são demonstração inequívoca da transformação de fronteiras-separação em fronteiras-cooperação.

Neste contexto, figuram demonstrações do esforço brasileiro para a concretização da sua consciência das “*forças profundas*”, que norteiam a postura das ações empreendidas pela política externa no sentido de integrar e desenvolver seus parceiros sul-americanos, tais como: a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC – 1960), sucedida pela Associação Latino-Americana para o Desenvolvimento (ALADI – 1980); Tratado da Bacia do Prata (1969); Tratado para a construção da Hidrelétrica de Itaipu (1973); Acordo Tripartite Argentina, Paraguai e Brasil (1979), compatibilizando as usinas hidrelétricas de Itaipu e Corpus; e o Tratado de Cooperação da Amazônia (1978).

O MERCOSUL (1991), o gasoduto Bolívia-Brasil (1999) e a evolução da Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA) para a formação da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), em 2007, são projetos implementados no pós-Guerra Fria, sob a ótica da nova ordem mundial e da globalização assimétrica da economia mundial, sendo a integração regional sob a ótica do conceito geoeconômico da busca do desenvolvimento cooperativo e complementar, a principal justificativa dos empreendimentos, uma vez que vários blocos econômicos regionais estão estabelecidos no sistema mundial sob a égide de constituírem-se em novos paradigmas da geopolítica e da atuação da política externa.

Concluímos ainda que [...] as nossas principais diretrizes geopolíticas continentais continuam pesando mais em direção ao Prata e Atlântico Sul, muito embora a Amazônia se volte naturalmente “em seu destino manifesto” para o oceano do qual é tributária. [...].

Nessas condições, o Brasil, por sua presença física na América do Sul, não se poderá esquivar à premissa geopolítica de ser *o múltiplo vetor do destino continental* (CASTRO, 1981, p. 52).

No âmbito da segurança internacional, a abertura de suas instalações nucleares a visitas de delegações argentinas e supervisão internacional, fez do Brasil o líder na mudança de postura e comportamento de ambos os Estados – Argentina e Brasil – como “Threshold States<sup>22</sup>”, seguindo-se à sua adesão ao Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP), em 1998, a incorporação de todos os países do cenário internacional à exceção de quatro (Cuba, Índia, Paquistão e Israel), uma comprovação da inegável liderança natural conquistada, por intermédio de iniciativas de utilização do “soft power”, junto à comunidade mundial e, em particular, à vizinhança sul-americana.

[...] O Brasil pode e deve contribuir para a construção de uma ordem mundial pacífica e solidária, fundada no Direito e nos princípios do multilateralismo, consciente do seu peso demográfico, territorial, econômico e cultural, e de ser uma grande democracia em processo de formação (SILVA, 2003, p. 57).

Uma diplomacia inepta poderia criar situações em que os vizinhos mais exaltados ou com maiores saldos negativos no balanço do relacionamento histórico com o Brasil se vissem estimulados a denunciá-los e procurarem uma aliança entre si a fim de construir um equilíbrio de poder regional sob novas bases.

O país que consegue limitar seu poder aos olhos dos demais encontra menor resistência para obter o que deseja. Contando ele com uma cultura e uma ideologia atraentes, os outros se mostram mais dispostos a acompanhá-lo. Se conseguir estabelecer regras internacionais compatíveis com a sua sociedade, é menos provável que tenha de mudar (NYE, 2002, p. 39).

As investidas da Venezuela, contrárias ao acordo bilateral do Brasil com os Estados Unidos pela produção de biocombustíveis que lhe é inteiramente desfavorável; as ações diretas da Bolívia com relação aos prejuízos da exploração em seu território de gás natural pela PETROBRAS, com o desfecho do conflito, acarretando a venda das refinarias ao governo boliviano; bem como, o acirramento dos ressentimentos do Paraguai ligados à denúncia de que o tratado assinado no ano de 1973, regulando o funcionamento da Hidrelétrica Binacional de Itaipu, teria provocado um déficit histórico em sua balança comercial e caracterizado a postura imperialista adotada pelo Brasil, refletem situações com as quais a política externa brasileira está se defrontando a nível regional e que precisam ser

---

<sup>22</sup> “Threshold States” são Estados no limiar da possibilidade de fabricação de artefatos nucleares explosivos.

solucionadas com sagacidade e firmeza, sob pena de titubear-se na defesa dos interesses nacionais ou demonstrar incapacidade para assumir as responsabilidades da liderança do continente.

Há que ser lembrada, ainda, a natural oposição da Argentina a assunção da liderança regional pelo Brasil, em face de que ela própria se vê com possibilidades de assumi-la, apesar dos esforços brasileiros em manter distendidas as relações com o vizinho arribenho e procurar a aplicação do seu poder brando na solução dos problemas das relações internacionais, fomentados pelo conflito de interesses.

A própria possibilidade de surgimento de novas lideranças locais que venham a se interpor às aspirações brasileiras, criam um cenário de incerteza onde a diplomacia deve atuar.

É claro que os poderes bruto e brando estão relacionados e se reforçam mutuamente. Ambos são aspectos da capacidade de alcançarmos os nossos objetivos afetando o comportamento do outro [...] Um país que sofre declínio econômico e militar está sujeito a perder tanto a capacidade de moldar a agenda internacional como força de atração (NYE, 2002, p. 38).

As situações apresentadas são um potencial amálgama de união para estes países numa aliança na busca de se contraporem ao poder brasileiro no ambiente regional, dificultando as tomadas de posição e a defesa dos interesses do País diante de seus parceiros e dos demais atores mundiais. Basta a inabilidade diplomática na utilização do poder brando para reforçar o comportamento arredio ou antagônico dos demais países sul-americanos.

[...] Atualmente compensa muito mais “levar os outros a quererem o que você quer”, e isso tem a ver com atração cultural e ideologia, com o estabelecimento de agendas e a capacidade de oferecer altos preços pela cooperação<sup>23</sup> [...] (NYE, 2002, p. 81).

O mundo que vive a Terceira Revolução Industrial – a Revolução da Informação – vem alterando radicalmente o ambiente em que atua a política externa, dificultando seu controle pelos diplomatas, a partir do momento em que, por intermédio das redes de comunicação e acessos ilimitados pela “Internet”, indivíduos nela conectados confundem a opinião pública mundial sobre o entendimento de fatos que ocorrem no seio da sociedade internacional, contribuindo para constranger a atuação das diplomacias estatais. Assim, indivíduos, grupos de indivíduos, entidades das mais diversas origens e organizações não-governamentais adquiriram uma capacidade de mobilização e também de intrusão que lhes permite paralisar negociações ou inviabilizar eventos.

---

<sup>23</sup> Josef Nye Jr em sua obra “*O paradoxo do poder americano*”, citando Joseph Joffe, in *América Inescapable*. New York Times [Sunday] Magazine, 8 de junho de 1997, p. 38.

Informação é poder, como expressou há quatro séculos o estadista e filósofo inglês Francis Bacon. O desafio dos Estados-nação no século XXI – Revolução da Informação – é capacitar-se a controlar o fluxo das informações sensíveis, contrapondo-se ao exponencial avanço tecnológico alcançado pelo computador e pelas comunicações.

A elevada capacidade de troca de dados em tempo real entre muitos milhões de indivíduos de todo o planeta a um reduzido custo de transmissão, provocou uma verdadeira explosão da informação. Essa transformação nas tecnologias de computação está interferindo nas formas como os governos atuam e sobre o significado do conceito de soberania.

Estaríamos, segundo NYE (2002), diante da revogação do Estado centralizado moderno, testemunhando o surgimento de um “*ciberfeudalismo*”<sup>24</sup>.

Ao reinterpretar o questionamento feito por Nye, poder-se-ia fazê-lo da seguinte forma: estaríamos diante da revogação do Estado centralizado moderno, testemunhando o surgimento de um fenômeno político-social onde a sobreposição das comunidades e jurisdições subordinariam os cidadãos do mundo a múltiplas camadas de identidades e lealdades, à semelhança dos feudos, onde o indivíduo internacional deve igual lealdade à comunidade digital “on line”, às diversas “tribos”, às “organizações não-governamentais” e outras entidades não-estatais, ao Estado-nação e às religiões (cristianismo, judaísmo, islamismo e outras crenças existentes)?

Ainda conforme NYE (2002), os limites territoriais e a soberania dos Estados-nação estariam sendo ameaçados pelos agentes não-governamentais e individuais, na medida em que contam com melhores oportunidades de se organizar e propagar seus pontos de vista. As lideranças nacionais enfrentarão maiores dificuldades para manter a sua atuação diplomática coerente com a formulação da política externa devido às interferências e pressões advindas de uma opinião pública global mais atuante e informada.

O desafio da política externa brasileira, como nos faz ver LAFER (2004), portanto, no início do século XXI, é de buscar nas concepções geopolíticas as condições para a preservação de um espaço próprio, no plano interno, que lhe permita produzir desenvolvimento e progresso, em particular a solução do problema da exclusão social por intermédio da integração do território nacional, bem como se inserir no complexo sistema internacional obnubilado pela revolução da informação mantendo sua soberania, buscando uma postura autônoma e independente, e ainda, atuar nos fóruns diplomáticos multilaterais

---

<sup>24</sup> “*ciberfeudalismo*”, um neologismo usado por Josef Nye Jr em sua obra “O paradoxo do poder americano”(2002, p.102), citando o ressurgimento na atualidade de uma forma de relacionamento existente na Europa Medieval entre a classe governante e o povo.

pressionados pela opinião pública a exigir transparência, sem sofrer as conseqüentes descontinuidades.

[...] apontou os riscos da “loucura das hegemônias” e do “delírio das grandezas pela prepotência” e afirmou: [...] estou persuadido de que o nosso Brasil do futuro há de continuar invariavelmente a confiar acima de tudo na força do Direito e do bom senso, e como hoje, pela sua cordura, desinteresse e amor da justiça, procurar merecer a consideração e o afeto de todos os povos vizinhos, em cuja vida interna se absterá sempre de intervir<sup>25</sup> (LAFER, 2004, p. 85).

### 3.3 Conclusão Parcial

A política externa brasileira formou-se e consolidou-se a partir do advento do Império, ressaltada a atuação da diplomacia brasileira na consolidação e na conformação das fronteiras territoriais no transcurso do “*século breve*”, e, neste período, evoluiu conforme a percepção das mudanças das relações de poder ocorridas no sistema internacional e as conseqüentes interpretações da geopolítica nacional.

Do nacionalismo de fins ao globalismo, passando pelos pragmatismos diplomático e responsável, a diplomacia brasileira pautou sua postura e orientou a sua atuação no princípio da consciência das “forças profundas” que objetiva o crescimento e progresso do Estado Brasileiro integrado ao contexto regional, ou seja, de modo a permitir que a vizinhança acompanhe o processo de desenvolvimento do País dentro do que lhes for possível.

A atual realidade mundial vista sob a ótica de uma nova ordem globalizada e submetida a pressões de toda sorte, criou dificuldades inusitadas e transformou o cenário prospectivo idealizado pelos nossos diplomatas e teóricos da geopolítica, modificando as expectativas da consecução da inserção do Brasil nos contextos regional e internacional como uma liderança emergente e um ator de relevância, alterando significativamente os planos e os prazos para serem alcançados os objetivos nacionais propostos.

Entretanto, ressalte-se que, diante de uma análise contextual da situação do Brasil no concerto das nações, o Estado dispõe de um patrimônio internacional de aceitação e respeitabilidade resultado da uma postura diplomática inteligente, sem vaidade; franca, sem indiscrição; enérgica e sem arrogância com que comparece a todos os fóruns para os quais é convocado ou provoca a realização. Esta postura tem fortalecido ao longo do tempo o seu “*soft power*”, que no entender dos teóricos das relações internacionais, será o maior

---

<sup>25</sup> *Obras do Barão do Rio Branco*, vol. IX, *Discursos*, p. 190 – 191 e Rubens Ricupero, *Rio Branco, o Brasil no Mundo*, p. 61 – 62 *apud* LAFER, 2004, p. 85.

patrimônio que um Estado poderá desfrutar no século atual – o século da revolução da informação – e nos vindouros, contrapondo-se, inclusive, ao próprio “*hard power*” – poder militar.

Dessa forma, a formulação da política externa brasileira tem respeitado os princípios constitucionais, as razões das “*forças profundas*” – progresso nacional, integração e paz regional – e a busca da autonomia, no esforço de viabilizar o crescimento do País e criar condições para que seus parceiros cresçam.

## 4. CONCLUSÃO

### 4.1 Considerações Finais

O fim da Guerra Fria e a reavaliação das bases sobre as quais as relações internacionais estavam assentadas, acarretaram o surgimento de uma nova ordem mundial. A globalização, forma pela qual os homens de estado visualizaram a reorganização do funcionamento do sistema internacional, afetou as sociedades e os Estados de forma profunda e definitiva, mudando a dinâmica das relações entre eles.

A globalização e a geopolítica se contrapõem, na medida em que a primeira advoga a abertura dos espaços nacionais e prega a liberdade do fluxo de seus recursos, enquanto a segunda defende o controle nacional sobre seus espaços, recursos, população e capacidade industrial<sup>1</sup>.

A geopolítica definida como um sistema vivo, induz a pensar o Brasil também como um sistema vivo integrante do todo global. Cada época tem sua própria geopolítica, exatamente por ser um sistema vivo que se adapta à evolução das condições externas com a finalidade da sua sobrevivência.

O saldo do crescimento brasileiro experimentado durante o século XX o credencia como um país com potencial para líder regional. O Brasil possui uma extensão territorial que o caracteriza como um “Estado Satisfeito”, segundo Therezinha de Castro, não obstante o que fizemos, a nossa influência ultrapassará esses limites.

A diplomacia brasileira por intermédio do Ministério das Relações Exteriores tem procurado viabilizar uma postura autônoma e uma liderança regional do Brasil de forma consentida. A utilização do “soft power” brasileiro nas suas relações com seus vizinhos tem sido a estratégia visualizada pelos homens de Estado para a conquista da referida liderança.

O povo brasileiro e a sua cultura, bem como as características antropológicas próprias da personalidade nacional, atuam como um poder brando que catalisa apoio de Estados que nos percebem como seus aliados, mas não é suficiente para reverter a antipatia daqueles que nos vêem como uma nação imperialista. As dificuldades inerentes ao obstáculo histórico dos contenciosos herdados dos colonizadores ou os latentes, frutos da consolidação dos Estados

---

<sup>1</sup> BLOUET, Brian W. in *Geopolitics and Globalization in the Twentieth Century*, Reaktion Books, 1.e, 2001 *apud* Severino Bezerra Cabral Filho, quando de sua palestra sobre Concepções Geopolíticas, proferida no corrente ano (2007) para os alunos do MBA/COPPEAD da Escola de Guerra Naval.

do continente sul-americano, serão outra fonte de preocupação para as atuações da política externa e diplomacia brasileiras, nos seus objetivos de implementarem a integração regional.

O pensamento geopolítico brasileiro vislumbrou no continente sul-americano possibilidades para a conquista do acesso ao oceano Pacífico<sup>2</sup>, conferindo capacidade ao País de expansão comercial e econômica por intermédio da utilização da vertente oposta dos Andes pela utilização das passagens terrestres nos pontos estratégicos – os “*nudos*”: uma na região da Colômbia, outra na região do Peru e finalmente uma na região da Bolívia – esta, a mais atraente geopoliticamente (na região do *triângulo geopolítico boliviano*).

Este pensamento conclui pela imprescindibilidade da ocupação da Amazônia e a sua integração ao ecúmeno estatal brasileiro por intermédio de ligações físicas por estradas e hidrovias, a instalação de um sistema de comunicações confiável e presente em toda a região e o incremento de projetos de colonização e desenvolvimento econômico sustentável, como condição “*sine qua non*” para as aspirações nacionais à conquista da posição de potência regional. A Amazônia integrada, integraria também os Estados limítrofes de características semelhantes – o “arco amazônico” ou a “pan-amazônia”.

A manutenção da Bolívia como área de influência brasileira – com o intuito de manter sob controle o *heartland da América do Sul* – possibilitaria ao Brasil o domínio do continente, de acordo com uma teoria geopolítica clássica aplicada em termos regionais – e a contenção da Venezuela, uma área latente de conflitos a ser temporizada, por conta da sensibilidade das riquezas e da baixa densidade demográfica nas fronteiras dos Estados, constituem parte do elenco prioritário das nossas preocupações geopolíticas no âmbito regional.

O Brasil, num cenário prospectivo, poderá interpor-se aos interesses tanto dos Estados Unidos, que se insinua sobre a porção norte do continente sul-americano, quanto da União Européia – liderada pela Alemanha – ao demonstrar interesse na manutenção de boas relações com países africanos, região historicamente ligada aos interesses expansionistas europeus. O Brasil poderia vir, assim, a interferir na concretização das “*pan-regiões*” constantes da teoria geopolítica clássica de Karl HAUSHOFER – onde a Euráfrica formaria uma das pan-regiões, sendo liderada pela Alemanha, que ora já lidera a União Européia como Estado de economia mais forte e por possuir uma importante base geográfica no interior da ilha mundo, assim como os Estados Unidos liderariam a Pan-América, por motivos similares à Alemanha com relação à sua pan-região.

---

<sup>2</sup> Cf Arthur DIX in *Geografia Política*, interpretado por Everardo BACKHEUSER ao reunir a tendência de um Estado querer o acesso a mais de um mar, quando já banhado por ele em um de seus lados *apud* Otávio TOSTA, na obra *Teorias Geopolíticas*, 1984, p. 12.

Nos últimos tempos, observou-se na atuação da política externa brasileira seu esforço de inserção do País nos contextos regional e mundial como ator de relevância. Daí, as principais ações desenvolvidas por nossa diplomacia: priorização dada ao relacionamento estratégico com a Argentina e sustentação do projeto do Mercosul; elevação do patamar da relevância política e econômica da América do Sul por meio da integração; empenho em dar importância construtiva às relações com os Estados Unidos e Europa, sem exclusivismo – resultando nas parcerias com a China, Rússia e Índia, outros “*monsters countries*”; aproximação com a África do Sul e países integrantes da Comunidade de Países de Língua Portuguesa – em especial com Angola e Moçambique; implementação de uma ativa diplomacia comercial – com destaque para a participação na Organização Mundial do Comércio (OMC); e prioridade às políticas de defesa do meio ambiente e dos direitos humanos.

A diplomacia brasileira, inspirada na insigne figura do Barão do Rio Branco – que caracterizou seu comportamento diplomático pelo respeito à ordem jurídica internacional vigente na sua época, deixando como legado para a consciência brasileira o apoiar-se no conhecimento das leis, na inteligência aguda e na sagacidade –, tem se destacado junto à comunidade internacional e conquistado uma liderança consentida no concerto das nações.

A inclusão do Brasil entre os Estados com potencial para chegarem à situação de potências mundiais, conhecidos pela sigla BRIC – Brasil, Rússia, Índia e China –, que caracterizaria o sistema mundo do futuro, estaria calcada no índice de poder potencial brasileiro<sup>3</sup>, medido pela sua extensão territorial, grande população e riquezas acumuladas, nos traz a responsabilidade de pensar sobre a forma de condução dos destinos do País.

Ao observarem-se os importantes passos já trilhados pelo Brasil para inserir-se entre os emergentes e, constatando que tanto Rússia, quanto China já são potências espaciais, bem como Rússia, China e Índia já dominam a tecnologia nuclear, verificamos as dificuldades que aguardam os brasileiros para alcançar um lugar junto aos grandes nesta visão prospectiva.

Uma Política Externa com uma atuação vacilante e um posicionamento marcado por uma postura pacifista enfraquece a relevância e a possibilidade de sensibilização da sociedade brasileira para os riscos da falta de consciência e senso de defesa nacional, reduzindo ou limitando a capacidade do País de fazer valer sua posição nos fóruns bilaterais e multilaterais, bem como, se engana ao imaginar que a política pode prescindir da espada<sup>4</sup>.

---

<sup>3</sup> GONÇALVES, 2005, p 130 – 133.

<sup>4</sup> Cf Carl Von Clausewitz: “a guerra é a continuação da política por outros meios”.

Uma diplomacia inepta poderia criar situações em que os vizinhos mais exaltados ou com maiores reclamos a respeito do déficit de seu relacionamento histórico com o Brasil se vissem estimulados a procurar uma aliança entre si a fim de constituir um contraponto ao equilíbrio de poder regional.

As investidas recentes da Venezuela, contrárias ao acordo bilateral do Brasil e os Estados Unidos pela produção de biocombustíveis, as ações diretas da Bolívia com relação à exploração do gás natural pela PETROBRAS, o acirramento dos ressentimentos do Paraguai com relação aos saldos negativos de sua balança comercial com o Brasil e a natural e sistemática oposição da Argentina aos interesses brasileiros, demonstram os contenciosos diante dos quais a diplomacia nacional deve adotar uma postura firme, mas conciliadora, inteligente, sem vaidade; franca, sem indiscrição; e enérgica, sem arrogância.

As situações apresentadas são um potencial amálgama com capacidade para unir estes países numa aliança, buscando contrapor o poder brasileiro no ambiente regional e dificultando as tomadas de posição e a defesa dos interesses do país diante de seus parceiros. Basta a inabilidade diplomática na condução da utilização do poder brando, para reforçar o comportamento cauteloso ou antagônico dos demais países sul-americanos.

#### **4.2 Reflexos na Política Externa da influência do pensamento geopolítico**

A tentativa de conquista de uma liderança consentida pelos parceiros ao invés da liderança imposta, partindo dos pré-requisitos geopolíticos da grande base territorial, da numerosa população, da riqueza acumulada e da história nacional, a partir da aplicação de uma diplomacia influenciada por um pensamento geopolítico próprio calcado nas teorias clássicas e contemporâneas e orientada para a formulação de concepções que viabilizem a integração regional pacífica, busca o alcance da liderança regional e da inserção do país no cenário internacional como ator de peso e relevância.

A geoeconomia como geopolítica influenciada em teorias atuais baseadas em novos paradigmas, orientada para a formulação de concepções que priorizem a formação de um mercado consistente apoiado em um bloco econômico regional, onde o potencial de desenvolvimento brasileiro lhe respalde um predomínio nas possibilidades de crescimento, fortalecendo a posição diplomática nacional no ambiente sul-americano e no contexto mundial, viabilizaria a sua inserção no cenário internacional em condições de defender seus interesses e os do continente.

A integração regional como pedra de toque do pensamento geopolítico tem interferência direta no processo evolutivo de nossa política externa, ao apresentar projetos para a Amazônia – o Pacto Pan-Amazônico, por intermédio de uma identidade geográfica e histórica dos países limítrofes – e para a Região do Prata – o MERCOSUL, bloco regional de caráter eminentemente econômico, de incentivo ao comércio entre os países partícipes. Ambos projetos da política externa viabilizaram soluções para situações exploradas pela geopolítica, quando atuaram para minimizar o isolamento e buscar a integração do anecúmeno estatal amazônico, cooptando os Estados limítrofes à sua parcela de responsabilidade, bem como, concretizaram uma cooperação a nível comercial na região da Bacia do Prata, área geopolítica com claro predomínio dos países que dominam a foz oceânica do rio, de modo a modificar o equilíbrio de poder por intermédio de aspectos econômicos.

A convivência harmoniosa e a procura da manutenção de um ambiente de paz, caracteriza a condição do Brasil de um “Estado Satisfeito”, de acordo com o pensamento geopolítico nacional, e conduz a política externa a uma postura pacifista. A formação e visão antropológica do brasileiro, resultado da amalgamação de várias raças e representante de uma unidade colonizadora portuguesa que superou os contenciosos históricos de relacionamento com os vizinhos de origem espanhola, viabilizam a identificação do continente sul-americano como uma região de paz, onde não prevalecem os conflitos, mas, quando ocorrem, dão lugar às negociações e arbitragens a nível regional, suficientes para equacioná-los.

A adoção de uma postura diplomática pacifista, ativa e altiva, apoiada na histórica diretriz das relações internacionais brasileiras e norteadas por “forças profundas”, nas quais se busca a convivência continental harmoniosa e pacífica dentro de uma análise que o localiza distante dos grandes conflitos armados e das conturbações internacionais, induz a diplomacia brasileira à adoção de uma postura prospectiva que o identifique como o Estado da hegemonia do poder brando – “a Potência da Paz” ou “a Potência do soft power”.

Finalmente, podemos concluir que o pensamento geopolítico brasileiro foi influenciado pelas teorias clássicas, contemporâneas ou as apoiadas em novos paradigmas e tem procurado perceber as melhores e mais adequadas medidas a serem adotadas para viabilizar a integração nacional, adequar o progresso a essa integração, projetar o Estado nos cenários regional e internacional como uma liderança e um ator de relevância e, que, a política externa tem se aproveitado dessas idéias e análises para pautar a atuação da diplomacia brasileira no sentido de minimizar os contenciosos, levando em consideração a origem e a antropologia do homem brasileiro e postar-se com inteligência, franqueza e energia, na procura da implantação da integração regional num ambiente de paz e harmonia.

Resta encerrar o presente trabalho com uma alusão sobre a interação do pensamento geopolítico e a política externa nos destinos do Brasil:

- em primeiro lugar, o pensamento geopolítico brasileiro tem como propósito a formulação de doutrinas que viabilizem a transformação do País num Estado poderoso no contexto regional, porém, mesmo sob a influência das teorias clássicas e contemporâneas, não as formula com o intuito de dominação de outros povos ou conquista de novos territórios, pois, no dizer de Therezinha de Castro, somos um Estado Satisfeito;

- e depois, a política externa que, espelhando as doutrinas geopolíticas nacionais na sua atuação por intermédio da diplomacia, preza pela manutenção das suas diretrizes primordiais, impondo-se como objetivos a serem alcançados a conquista da autonomia, a construção da paz e a integração da América do Sul que, no dizer do insigne Barão do Rio Branco, significam as “forças profundas” que atuam para a paz como condição essencial ao desenvolvimento dos povos, mais ainda para as nações novas do nosso continente sul-americano.

Em síntese, depreende-se ao encerramento da pesquisa realizada que o pensamento geopolítico brasileiro pauta-se por um posicionamento desenvolvimentista do espaço interno, enquanto que a política externa conduz-se por uma atuação integracionista e pacifista do espaço regional e uma postura autônoma nas relações internacionais.

## REFERÊNCIAS

**ALCA E MERCOSUL:** riscos e oportunidades para o Brasil. Samuel Pinheiro Guimarães (Org). Brasília, DF: IPRI / FUNAG, 1999.

ALLEN, Harry C. **História dos Estados Unidos da América.** Rio de Janeiro: Editora Forense, 1968.

BACKHEUSER, Everardo. **Geopolítica geral e do Brasil.** Rio de Janeiro: Laemmert, 1952.

CASTRO, Therezinha de. **Atlas-texto de geopolítica do Brasil.** Rio de Janeiro: Capemi, 1981.

FRANÇA, Junia Lessa; VASCONCELOS, Ana Cristina. **Manual para normalização de publicações técnico-científicas.** Belo Horizonte: UFMG, 2004.

HUNTINGTON, Samuel P. **O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial.** Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

GONÇALVES, Reinaldo. **Economia Política Internacional:** fundamentos teóricos e as relações internacionais do Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

LAFER, Celso. **A identidade internacional do Brasil e a Política Externa Brasileira:** passado, presente e futuro. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2004.

LIMA, Luísa. **Constituição Federal.** 4. ed. atual. Barueri, SP: Manole, 2007.

MATTOS, Carlos de Meira. **Geopolítica e teoria de fronteiras.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1990.

\_\_\_\_\_. **Geopolítica e Modernidade. Geopolítica Brasileira.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2002.

\_\_\_\_\_. **Uma geopolítica Pan-Amazônica**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980.

NYE Jr, Joseph S. **O paradoxo do poder americano**. São Paulo: UNESP, 2002.

OLIC, Nelson Bacic; CANEPA, Beatriz. **Geopolítica da América Latina**. 2. ed. reform. São Paulo: Moderna, 2004.

PARET, Peter; GRAIG, Gordon A; GILBERT, Felix. **Construtores da estratégia moderna: de Maquiavel à era nuclear**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2001.

PINHEIRO, Letícia de Abreu. **Política externa brasileira**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

RIZZI R. Kamilla; BALARDIN, Rafael. **A ALCA e seus possíveis impactos para o MERCOSUL e Brasil**. Porto Alegre, Núcleo de Estratégia e Relações Internacionais – ILEA/UFRGS, 2003. Disponível em: <<http://www.ilea.ufrgs.br/nerint/artigos.htm>>.

ROCHA, Everardo P. Guimarães. **O que é etnocentrismo**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

SILVA, Golbery do Couto e. **Geopolítica do Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1967.

SILVA, Luiz Inácio Lula da; AMORIM, Celso; GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **A política externa do Brasil**. Brasília, DF: IPRI / FUNAG, 2003.

SOUTO MAIOR, Luiz A. P. O Brasil e o regionalismo continental frente a uma ordem mundial em transição. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Ano 49, nº 2, p. 42 – 59, 2006.

TOSTA, Octávio. **Teorias geopolíticas**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1984.

VESENTINI, José William. **Novas geopolíticas**. São Paulo: Contexto, 2000.

ZENTGRAF, Maria Christina. **Introdução ao estudo da metodologia científica**. Rio de Janeiro: COPPEAD/UFRJ, 2006. Módulo de ensino.